



UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – MESTRADO EM LETRAS
Campus I – Prédio B3, sala 106 – Bairro São José – Cep. 99001-970 - Passo Fundo/RS

Fone (54) 3316-8341 – Fax (54) 3316-8330 – E-mail: mestradoletras@upf.br

Maria Isabel Bristott

TECENDO A (RE)SIGNIFICAÇÃO – IDENTIDADE NACIONAL
EM *TRISTE FIM DE POLICARPO QUARESMA*

Passo Fundo, fevereiro de 2009

Maria Isabel Bristott

**TECENDO A (RE)SIGNIFICAÇÃO – IDENTIDADE NACIONAL
EM *TRISTE FIM DE POLICARPO QUARESMA***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, como requisito para obtenção do grau de mestre em Letras, sob a orientação da Prof^a. Dr. Márcia Helena Saldanha Barbosa.

Passo Fundo, fevereiro de 2009

Maria Isabel Bristott

Tecendo a (re)significação – Identidade nacional
em Triste fim de Policarpo Quaresma

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr. Márcia Helena Saldanha Barbosa – UPF – Orientadora

Prof^a. Dr. Fabiane Verardi Burlamaque – UPF – Examinadora

Prof^a. Dr. Regina da Costa da Silveira – IES – Examinador

Passo Fundo

2009

Agradeço

Ao meu pai Eleutério João Bristott, por sempre repetir a história *João e Maria* quando pedi.

À minha mãe Jocelina Vieira Bristott, por mostrar que os fios para terem significado precisam ser tecidos.

Ao Alcione Araújo, por estender a mão e me sugerir um caminho: “ora pela montanha, ora pelo mar”.

Aos professores do PPGL Tânia M. K. Rösing, Paulo Becker, Márcia Helena Saldanha Barbosa e José Luís Jobim, por oferecerem espaços para o diálogo e a reflexão.

À minha orientadora Márcia Helena Saldanha Barbosa, por acolher o meu desejo e confiar na autonomia do pensamento.

*É quase num relance de tempo
Termina a saga do herói
De cada vã passagem
O artista faz sua imagem
A lenda é vaga
Mais bela a saga
Que na memória
O tempo não destrói.*

*A vida é só loucura
Entre um encontro
E uma procura
Se o coração não pensa
Revolução não há por quê,
Diz a razão que não compensa
Quem sonha mais um pouco
Os que não mudam
Chamam de louco
Mas é por loucos ideais
Que a vida não parou
Quem muda o mundo é o sonhador.*

Carlos Lyra

RESUMO

A presente dissertação toma como base a interpretação do olhar de Afonso Henriques de Lima Barreto (1881 – 1922) ao criar a narrativa e o personagem Policarpo Quaresma – suas ações e seu pensamento –, no romance *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1911), a fim de examinar – e refletir sobre – a articulação entre a identidade nacional e a constituição da identidade/ subjetividade da pessoa e do leitor comum. Os objetivos do estudo são: verificar como o narrador conta a história, valendo-se dos elementos repetitivos caracterizados pelas sucessivas decepções e repressões vividas pelo protagonista; relacionar as ações e o pensamento do personagem principal por meio da observação das decepções e do ideal de pessoa investido contra as forças positivistas na Primeira República (1891-1894), no governo de Floriano Peixoto; refletir sobre a intenção do autor quanto a alguns dos nomes motivados, tanto das pessoas quanto dos lugares presentes na obra, e a contribuição desse aspecto na articulação entre a identidade nacional e a constituição da identidade/ subjetividade da pessoa; ampliar a fortuna crítica do autor, investindo no olhar de Policarpo para as ações (im)pulsionadas por um ideal e para o modo como o protagonista se insurge diante das forças dominantes no contexto sóciopolítico, econômico e cultural brasileiro. Para a análise do texto, empregam-se os fundamentos da teoria psicanalítica e literária, de forma a estabelecer um diálogo intra, inter e transdisciplinar, contribuindo com as ações constituintes da identidade nacional, a fim de que estas estejam mais conectadas com a subjetividade humana e apoiadas pela educação e pela cultura.

Palavras-chave: Identidade nacional, identidade/ subjetividade, literatura, psicanálise.

ABSTRACT

This dissertation takes as its basis the interpretation of Afonso Henriques Lima Barreto point of view (1881 – 1922) when he created the narrative, as well as the character, named Policarpo Quaresma – his actions and his thoughts –, in the novel *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1911), in order to analyze – and reflect upon – the articulation between the national identity and the constitution of the identity/ subjectivity of the person and of the common reader. The study objectives are: to verify how the narrator tells the story, using the repetitive elements characterized by successive disappointments and repression events experienced by the protagonist; relate actions and thoughts of the main character by means of observation of the disappointments and the ideal of a person invested against the positivist movement during the First Republic (1891-1894), in the government of Floriano Peixoto; reflect on the author's intention regarding some names, both of the people as of the places presented in the story, and the contribution of that aspect in the articulation between the national identity and the constitution of the identity/subjectivity of the person; extend the literary criticism of the author, investing in the look of Policarpo on the actions propelled by an ideal and on how the protagonist stand in the face of the dominant forces in the Brazilian social, political, economic and cultural context. For the analysis of the text, the literary theory as well as the psychoanalysis fundamentals are employed in order to establish an inter, intra and transdisciplinary dialogue, contributing to the actions that constitute the national identity, so that they are more connected with human subjectivity and supported by education and culture.

Keywords: National identity, identity/subjectivity, literature, psychoanalysis.

SUMÁRIO

TECENDO A (RE)SIGNIFICAÇÃO – OS FIOS COM OS QUAIS TEÇO O TEXTO (INTRODUÇÃO)	9
1 TECENDO A (RE)SIGNIFICAÇÃO – IDENTIDADE/ SUBJETIVIDADE E IDENTIDADE NACIONAL	12
1.1 Identidade/ subjetividade	12
1.2 Identidade nacional	20
1.2.1 <i>Iracema</i> – representação do originário	27
2 TECENDO A (RE)SIGNIFICAÇÃO – A FUNÇÃO DA CRÍTICA E DA NARRATIVA LITERÁRIA: EXPRESSÃO DA IDENTIDADE/ SUBJETIVIDADE, DA SOCIEDADE E DA CULTURA	30
2.1 A crítica literária	30
2.2 A narrativa literária	35
3 TECENDO A (RE)SIGNIFICAÇÃO – O PANO DE FUNDO DA OBRA LIMANA: O AUTOR, A NARRATIVA, O NARRADOR E O PERSONAGEM PRINCIPAL EM <i>TRISTE FIM DE POLICARPO QUARESMA</i>	40
3.1 O autor	40
3.2 A narrativa	42
3.3 O narrador e o personagem principal	45
4 TECENDO A (RE)SIGNIFICAÇÃO – O NÚCLEO REPETITIVO E O IDEAL DE EGO COMO PONTOS DE SUSTENTAÇÃO DO TECIDO NARRATIVO	53
TECENDO A (RE)SIGNIFICAÇÃO – COMO FICOU O TECIDO (CONSIDERAÇÕES FINAIS)	61
REFERÊNCIAS	64

TECENDO A (RE)SIGNIFICAÇÃO – OS FIOS COM OS QUAIS TEÇO O TEXTO (INTRODUÇÃO)

O pensamento que, neste trabalho, busca expressão é o de que uma nação constituída com base no abandono, em jogos de interesse, em condutas perversas – envolvendo usura e corrupção indiscriminada, em que o poder econômico instituído estabelece uma relação de constante dominação, repressão e dependência como vias de constituição de sujeitos – acarreta “custo” e “investimento vital” um tanto elevados aos seus “filhos(as)”. Tal custo (ou investimento) trata-se da dificuldade que estes enfrentam para a apropriação das suas histórias de vida – tanto individuais quanto coletivas, e nas várias dimensões (culturais, emocionais, educacionais, sociais, econômicas, políticas, etc.) a elas relacionadas – e, assim, “tomar posse” da sua identidade.

Os caminhos escolhidos para o desenvolvimento da dissertação intitulada “Tecendo a (re)significação – Identidade nacional em *Triste fim de Policarpo Quaresma*” tomam como base a interpretação do olhar de Afonso Henriques de Lima Barreto (1881 – 1922) ao criar a narrativa e o personagem Policarpo Quaresma – suas ações e seu pensamento –, no romance *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1911), a fim de examinar – e refletir sobre – a articulação entre a identidade nacional e a constituição da subjetividade da pessoa e do leitor comum.

A fim de cumprir tais objetivos, a dissertação está assim constituída:

No primeiro capítulo, “Tecendo a (re)significação – Identidade/ subjetividade e identidade nacional”, faz-se uma revisão dos conceitos “identidade” e “identidade nacional”, tomando-se como apoio teórico os estudos de Hans Ulrich Gumbrecht, Marilena Chauí, Ulpiano Bezerra Meneses, Regina Zilberman, Sigmund Freud, entre outros autores. Na revisão do primeiro conceito, parte-se da aplicação objetiva do termo para se chegar à dimensão subjetiva de “identidade”; na revisão do segundo conceito, tem-se no século XIX o

ponto de partida para a reflexão que desembocará no íntimo vínculo que tal noção possui com a história da literatura e com a narrativa *Iracema*, de José de Alencar.

No segundo capítulo, “Tecendo a (re)significação – A crítica e a narrativa literária”, retoma-se a contribuição e a importância da crítica e da narrativa literária na constituição e na representação da identidade/ subjetividade e da cultura. No que se refere à revisão da função da crítica literária, a fim de se verificar o subsídio que esta oferece para a representação da vida inserida num contexto temporal e espacial, mediado pelas dimensões que a representam, buscam-se os estudos de Antonio Candido, Alfredo Bosi, Manuel Oliveira Lima e Fabio Luz. Já no que diz respeito à narrativa literária, a fundamentação teórica está embasada no pensamento de Roland Barthes, Terry Eagleton, Sigmund Freud, Silviano Santiago, Marlyse Meyer, Alcione Araújo, entre outros.

O terceiro capítulo, “Tecendo a (re)significação – O pano de fundo da obra limana: o autor, a narrativa, o narrador e o personagem principal em *Triste fim de Policarpo Quaresma*”, além de trazer um resumo da história de vida do autor, procede à contextualização da narrativa e à análise da participação do narrador, com sua onisciência seletiva, diante das ações e do pensamento do personagem principal. A fonte para a tessitura desse capítulo é a obra *Lima Barreto: prosa seleta*, organizada por Eliane Vasconcellos.

No quarto capítulo, “Tecendo a (re)significação – O núcleo repetitivo e o ideal de ego como pontos de sustentação do tecido narrativo”, toma-se como base a interpretação do olhar de Lima Barreto, a fim de examinar – e refletir sobre – a articulação entre a identidade nacional, a identidade/ subjetividade e a formação do leitor comum. Para tanto, toma-se por base o núcleo repetitivo e o ideal de ego como pontos de sustentação do tecido narrativo, os quais estão fundamentados não apenas na teoria e na crítica literária, mas também na teoria psicanalítica. Entre os autores consultados nessa fase da pesquisa, destacam-se Erik Erikson, Silviano Santiago e Gilberto Mendonça Teles.

Cabe salientar que os fios usados para a motivação e a execução do trabalho estão intimamente associados à minha história de vida, isto é, são tramas de fios que, desde a infância, sustentam, dão apoio, “forma e conteúdo”, para a pessoa que sou. Como exemplo, destaco que ouvir, contar, ler, escrever, apreciar histórias são práticas que me acompanham desde criança e que permanecem (re)significando as minhas ações pessoais e profissionais nesta etapa do Programa de Pós-Graduação em Letras, na área de concentração em Estudos Literários: Teorias e métodos de análise literária.

A integração das teorias desenvolvidas nas graduações – Letras e Psicologia – se processa dentro de mim, justificando o meu interesse por estabelecer um diálogo intra, inter e

transdisciplinar entre a Literatura e a Psicanálise. Desse modo, reforça-se a intenção de concentrar este exame na área de Estudos Literários e na linha de pesquisa Teorias e métodos de análise literária, realizando uma “revisão dos pressupostos teóricos e metodológicos das principais correntes da Teoria da Literatura do Século XX, com vistas à elaboração de análises do texto literário, enquanto artefato estético e enquanto microcosmos das relações sociais¹”.

Tem-se, nesse sentido, a justificativa para o investimento pessoal que tal tarefa requer, o qual se constitui pelo desejo de contribuir, com esta reflexão, para que as ações constituintes da identidade estejam mais conectadas à subjetividade humana e apoiadas pela educação e pela cultura. Ressalta-se, ainda, que o estudo e as reflexões desenvolvidas nesta dissertação não se esgotam aqui, mas servem de estímulo para a continuidade do estudo do tema.

¹ Proposta da área de concentração em Estudos Literários: teorias e métodos de análise literária apresentada no *site* do PPGL da UPF.

1 TECENDO A (RE)SIGNIFICAÇÃO – IDENTIDADE/ SUBJETIVIDADE E IDENTIDADE NACIONAL

Quando se presta atenção ao uso recorrente da palavra “identidade”, observa-se que ela é empregada em vários sentidos. A tal termo costuma ser relacionada, por exemplo, uma conotação ligada a aspectos relativos à aparência física, ao temperamento, ou seja, ao comportamento; mas percebe-se que, frequentemente, ele é usado com certa superficialidade. Na medida em que se ampliam as leituras sobre o tema, percebe-se que se trata de uma composição constituída por muitos elementos, também um tanto complexos. Apesar disso, buscam-se caminhos para registrar a compreensão do conceito, partindo-se da dimensão objetiva, de uso convencional, que é expressa no dicionário, para se chegar à sua dimensão mais subjetiva. Depois, amplia-se a compreensão do conceito, destacando-se a importância da fundação do sujeito psíquico e da constituição do sujeito, isto é, da sua subjetividade. Por fim, retoma-se o conceito de identidade nacional, desde sua eclosão, no século XIX, com ênfase à relação que esta possui com a história da literatura – especialmente a brasileira – e à contribuição da literatura para a sua constituição, salientando-se que a obra *Iracema*, de José de Alencar, traz em si a representação do elemento originário.

1.1 Identidade/ subjetividade

A tendência ao uso da palavra “identidade” está cotidianamente ligada a aspectos relativos à aparência física, ao temperamento, ou ao comportamento das pessoas. As definições oferecidas no dicionário de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira referem-se a “qualidade de idêntico” e/ou a “conjunto de caracteres exclusivos de uma pessoa: nome,

idade, estado, profissão, sexo, defeitos físicos, impressões digitais, etc.”, que são aplicações do conceito com características mais objetivas às frequentemente usadas, as quais, muitas vezes, restringem o emprego do termo, como as expressas a seguir:

Identidade. [Do lat. Escolástico *identitate*. S.f. **1.** Qualidade de idêntico: Há entre as concepções dos dois perfeita *i d e n t i d a d e*. **2.** Conjunto de caracteres próprios e exclusivos de uma pessoa: nome, idade, estado, profissão, sexo, defeitos físicos, impressões digitais, etc. **3.** Reconhecimento de que um indivíduo morto ou vivo é o próprio. **4.** Carteira de identidade. **5.** Mat.: Relação de igualdade válida para todos os valores das variáveis envolvidas. (FERREIRA, 1975, p. 738)

Ulpiano Bezerra de Meneses, no texto “Identidade cultural e arqueologia”, apresenta algumas reflexões quanto ao conceito de identidade e às alianças de que ela necessita para sua construção, como a repetição, a memória e a identificação. Segundo ele,

O conceito de identidade implica semelhança a si próprio, formulada como condição de vida psíquica e social. Nessa linha está muito mais próximo do reconhecimento do que de conhecimento. A busca de uma identidade se alia mal a conteúdos novos, pois o novo ameaça, sempre. Ao contrário, ela se alimenta do ritmo, que é repetição; portanto, segurança. Trata-se, em suma, de atitude conservadora, que privilegia o reforço em detrimento da mudança. A antropologia e a sociologia, por sua vez, informam-nos de que a identidade, quer pessoal, quer social, é sempre atribuída, socialmente mantida e também só se transforma socialmente [...]. Isto é, não se pode ser humano por si, por representação própria: os valores, significações, papéis que me atribuo necessitam de legitimidade social, de confirmação por parte de meus semelhantes [...] Dentro dessa ótica, é fácil entender que o processo de identificação é um processo de construção de imagem; por isso terreno propício a manipulações. [...] (1922, p. 182-183)

Gumbrecht, no texto “Minimizar identidades”, apresenta uma breve história do conceito e chama a atenção para “três pontos importantes”. O primeiro ponto diz respeito ao “recente”, e possivelmente “passageiro”, conceito de identidade que é utilizado hoje: “[...] Talvez permaneça por uma década, duas décadas e desapareça”. O segundo ponto enfatiza que “[...] tanto os novos quanto os antigos empregos do conceito de ‘identidade’ sempre estão motivados ou por nostalgia ou por ressentimento”. O terceiro ponto provoca uma reflexão: “[...] – Se for verdade que o conceito atual de identidade também é passageiro, seria então possível pensar, viver sem identidade? [...]”. Porém, destaca que “[...] hoje a ‘identidade’ é apresentada como uma coisa necessária. [...]”, do mesmo modo que afirma que “[...] A pré-

história do nosso conceito hoje – uma história de 2.500 anos mais ou menos – é uma pré-história bem ressentida. E como todo conceito filosófico digno, começa com Parmênides. [...]”. Ele assim continua sua reflexão: “[...] Mas o uso do conceito de identidade naquela pré-história tão estendida de 2.500 anos sempre foi um uso ontológico [...]”. Sabe-se que, tradicionalmente, desde a pré-história, o conceito de identidade é o centro dos estudos ontológicos², o que significa “provar que as coisas são o que são”. Gumbrecht lança outro questionamento provocador de ponderação: “[...] por que é importante provar que as coisas são o que são? [...]” (1999, p. 115). Então, o autor desenvolve sua ideia da seguinte maneira:

[...]

É importante porque precisa-se provar que na diversificação, que acontece na representação das coisas, continua a possibilidade da certeza da referência. Se você tem dois níveis, um ontológico e um de representação, a idéia seria que você no nível de representação tem uma diversificação quase infinita, mas no nível ontológico a referência seria certa, apesar da multiplicidade infinita das representações possíveis. A identidade não se conseguiria pensar sem a ameaça daquela diversificação na representação, pois a diversificação na representação ameaça negar a possibilidade de referência certa. [...]. (GUMBRECHT, 1999, p. 116)

No mesmo texto, o autor sugere um ponto de partida para a compreensão da “formação” da identidade e, também, a possibilidade de conceituá-la contemporaneamente. Ele diz que em Freud, no ensaio “O ego e o id” (1923), encontraremos os elementos que conduzem à sua construção, como o processo de identificação³ que abrange os componentes essenciais para a formação do ego, e o ego como uma parte do aparelho psíquico⁴ – elemento fundamental para a constituição da identidade.

Uma vez que a identidade deriva de uma série de identificações, e, neste estudo, tem o ego como sinônimo, cabe uma atenção especial aos fundamentos que compõem a Primeira (1900) e a Segunda teoria topográfica (1920), de Sigmund Freud para orientar a tessitura e a

² Conceito utilizado com o mesmo sentido empregado por CHAUI, Marilena. *Introdução à história da Filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

³ “Processo psicológico pelo qual um sujeito assimila um aspecto, uma propriedade, um atributo do outro e se transforma, total ou parcialmente, segundo o modelo desse outro. A personalidade constitui-se e diferencia-se por uma série de identificações”. (LAPLANCHE; PONTALIS. *Vocabulário da psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p. 226).

⁴ “Expressão que ressalta certas características que a teoria freudiana atribui ao psiquismo: a sua capacidade de transmitir e de transformar uma energia determinada e a sua diferenciação em sistemas ou instâncias”. (LAPLANCHE; PONTALIS, 1991, p. 29).

leitura do texto. A Primeira tópica⁵, com os sistemas consciente, pré-consciente e inconsciente (Ics, Pcs e Cs, respectivamente), dá a possibilidade de compreender o funcionamento do aparelho psíquico enquanto sistemas intra e intersubjetivo que trabalham intensamente para encontrar vias de representação. Já a Segunda tópica, constituída por instâncias psíquicas denominadas de “Id”, “Ego” e “Superego”, caracteriza os estudos de Freud nos quais amplia a compreensão da representação e do funcionamento do aparelho psíquico como forma de constituição da personalidade, isto é, da pessoa na sua totalidade. É importante registrar que os estudos relativos às “tópicas” foram feitos em tempos diferentes e não são excludentes um do outro, e sim, pode-se dizer, complementares no que diz respeito à concepção da constituição da personalidade (identidade) da pessoa.

Os lugares dos quais Freud parte e onde faz paragens passam pelas vias da biologia, da neuropsicologia, da psicofisiologia e da psicopatologia, e seguem no sentido de embasar suas hipóteses e atribuir o *status* científico aos elementos do campo psíquico. Desde os primeiros registros dos seus estudos, em “Publicações Pré-Psicanalíticas e esboços inéditos” (1886), Freud já assinalara a desconfiança da existência de “algo” além do aparente, isto é, daquilo que aparece ou do sintoma. Desse modo, a sua meta era encontrar vias para ter acesso à compreensão desse “algo”, aventura que inicia a partir dos estudos relativos à histeria, com o uso da *Sugestão*, depois da *Hipnose* e, por fim, da *Associação livre*⁶ – método de trabalho utilizado até os dias de hoje –, abrindo, assim, o caminho de acesso ao “lugar” onde o “algo” é pleno de significado: trata-se do inconsciente, descoberta que deu a Freud o título de “Pai da psicanálise”. No texto “O inconsciente” (1915), ele afirma:

[...]

Na psicanálise não temos outra opção senão afirmar que os processos mentais são inconscientes em si mesmos, e assemelhar a percepção deles por meio da consciência à percepção do mundo externo por meio dos órgãos sensoriais. Podemos mesmo esperar que novos conhecimentos sejam adquiridos a partir dessa comparação. [...]. (FREUD, 1976, p. 197)

⁵ “Teoria ou ponto de vista que supõe uma diferenciação do aparelho psíquico em certo número de sistemas dotados de características ou funções diferentes e dispostos numa certa ordem uns em relação aos outros, o que permite considerá-los, metaforicamente, como lugares psíquicos que podem fornecer uma representação figurada espacialmente. [...] O termo ‘tópica’, significando teoria dos lugares, pertence, desde a Antiguidade grega, à linguagem filosófica. Para Aristóteles, os lugares constituem as rubricas, de valor lógico ou retórico, de que são tiradas as premissas da argumentação. [...]”. Idem, p. 505.

⁶ “[...] a associação livre emana de métodos pré-analíticos de investigação do inconsciente que recorriam à sugestão e à concentração mental [...] em uma determinada representação; [...]”. Ibid, p. 38.

Em se tratando de inconsciente, deve-se destacar que esse sistema é que inaugura o psiquismo, e esse lugar é o primeiro destino dos registros que emanam das pulsões⁷ – autoconservativas⁸ e sexuais⁹ –, para depois encontrar vias de representação da subjetividade. A pulsão sexual e a satisfação da sua meta constituem a fonte matricial do psiquismo. Ela se apoia¹⁰ no primeiro ato autoconservativo – primeira mamada – da criança. A meta pulsional de saciar a fome coloca em ação um *quantum afetivo*, e os órgãos sensoriais anunciam a diferença entre as sensações de prazer - desprazer. Laplanche e Pontalis, em relação ao afeto, ressaltam: “[...] Segundo Freud, toda pulsão se exprime nos dois registros, do afeto e da representação. O afeto é a expressão qualitativa da quantidade de energia pulsional e das suas variações” (1991, p. 9). A criança, por possuir um ego rudimentar, apropria-se do seio materno, ou substituto, como representante do mundo externo. É por isso que o ego, num primeiro momento, é chamado de “ego corporal”. A mãe, o pai ou substitutos, que, supostamente, têm o ego estruturado, “cedem” à criança a estrutura que possuem para que ela constitua a sua própria estrutura – narcisismo. Inicia-se, assim, o jogo identificatório de papéis, base da subjetividade e da identidade.

Considerando que, desde os primeiros estudos relativos aos sintomas histéricos e à relação destes com o inconsciente e o ego, verifica-se que o conceito de identificação assume, progressivamente, a centralidade na constituição da identidade em Freud. Laplanche e Pontalis, no *Vocabulário de Psicanálise*, ressaltam que ela “[...] é mais do que um mecanismo psicológico entre outros, é a operação pela qual o sujeito humano se constitui [...]”. (1991, p. 226- 227)

Esses autores afirmam que Freud seguiu enriquecendo o conceito com diversas contribuições ao longo de sua obra, porém, “[...] declara-se pouco satisfeito com suas formulações a este propósito. A exposição mais completa que tentou apresentar acha-se no

⁷ “Processo dinâmico que consiste em uma pressão ou força (carga energética, fator de motricidade) que faz o organismo tender para um objetivo. [...]”. Ibid., p. 394.

⁸ “Expressão pela qual Freud designa o conjunto das necessidades ligadas às funções corporais essenciais à conservação da vida do indivíduo; a fome constitui o seu protótipo. [...] Freud contrapõe as pulsões de autoconservação às pulsões sexuais”. Ibid., p. 404.

⁹ “Pressão interna que, segundo a psicanálise, atua num campo muito mais vasto do que as atividades sexuais no sentido corrente do termo. [...] A psicanálise mostra que a pulsão sexual no homem está ligada a um campo de representações ou fantasias que a especificam. [...]”. Ibid., p. 403.

¹⁰ “[...] A noção de apoio, ajudando a compreender a gênese da sexualidade, permite definir o lugar desta na teoria de Freud. [...] Em certo sentido, a sexualidade pode ser encontrada em toda parte, nascendo no próprio fundamento das atividades corporais, e também, como Freud indica em *Três ensaios*, em todas as espécies de outras atividades intelectuais [...]”. Ibid., p. 32.

capítulo VII de *Psicologia de grupo e análise do ego (Massenpsychologie und Ich-Analyse, 1921)*”, no qual destaca:

[...] três modalidades de identificação: a) como forma originária do laço afetivo com o objeto. [...]; b) como substituto regressivo de uma escolha de objeto abandonada; c) não havendo qualquer investimento sexual do outro, o sujeito pode todavia identificar-se com ele na medida em que ambos têm em comum um elemento (desejo de ser amado, por exemplo); por deslocamento, será em outro ponto que irá produzir-se a identificação (identificação histórica). [...] em certos casos, a identificação incide não no conjunto do objeto, mas num “traço único” dele. (FREUD apud LAPLANCHE; PONTALIS, 1991, p. 228-229, grifos dos autores)

Seguindo a via sugerida por Gumbrecht, os estudos de Freud em relação ao ego auxiliam na compreensão do conceito numa dimensão estruturante – composta por elementos objetivos e subjetivos – da identidade. Laplanche e Pontalis evidenciam que:

[...]
A teoria psicanalítica procura explicar a gênese do ego em dois registros relativamente heterogêneos, quer vendo nele um aparelho adaptativo, diferenciado a partir do id em contato com a realidade exterior, quer definindo-o como o produto de identificações que levam à formação no seio da pessoa de um objeto de amor investido pelo id.
[...] Vemos que o ego não é definido por Freud como o conjunto do indivíduo, nem mesmo como o conjunto do aparelho psíquico; é apenas uma parte. [...]. (1991, p. 124-129)

No texto “O ego e o id” (1923), Freud refere que “[...] em cada indivíduo existe uma organização coerente de processos mentais e chamamos a isso o seu ego. É a esse ego que a consciência se acha ligada: o ego controla as abordagens à motilidade – isto é, à descarga de excitações para o mundo externo”, sendo ele “a instância mental que supervisiona todos os seus próprios processos constituintes e que vai dormir à noite, embora ainda exerça a censura sobre os sonhos”. Segundo Freud, “desse ego procedem [...] as repressões, por meio das quais procura-se excluir certas tendências da mente, não simplesmente da consciência, mas também de outras formas de capacidade e atividade”. (1976, p. 28-29)

Em relação à consciência, logo no início do texto, Freud sinaliza uma ligação entre esta e o inconsciente. Porém, é no decorrer do mesmo que ele estabelece e esclarece as relações entre os sistemas – Ics, Pcs e Cs – como também com as instâncias – Id, Ego e

Superego (Ideal de ego). Ele destaca o aspecto qualitativo que a consciência exerce sobre o ego, bem como a relação direta que esta possui com as qualidades sensoriais – de prazer e desprazer –, oriundas das percepções externas (do meio) e internas (aparelho mental). Estas, quando vinculadas ao pensamento e às representações¹¹ verbais, cumprem a função qualificadora do ego e têm, no sistema perceptivo – Pcpt – Cs –, o núcleo do ego que abrange, também, o Pcs, o qual abarca os resíduos mnêmicos, os quais correspondem aos elementos relativos à memória. De acordo com Freud,

[...] a psicanálise não pode situar a essência do psíquico na consciência, mas é obrigada a encarar esta como uma qualidade do psíquico, que pode achar-se presente em acréscimo a outras qualidades, ou estar ausente. [...] “Estar consciente” é, em primeiro lugar, um termo puramente descritivo. Que repousa na percepção do caráter mais imediato e certo. A experiência demonstra que um elemento psíquico (uma idéia, por exemplo) não é, via de regra, consciente por um período de tempo prolongado. Pelo contrário, um estado de consciência é, caracteristicamente, muito transitório; uma idéia que é consciente agora não o é mais um momento depois, embora assim possa tornar-se novamente, em certas condições que são facilmente ocasionadas. [...]. (1976, p. 25-26)

Além disso, “se o ego fosse simplesmente a parte do id modificada pela influência do sistema perceptivo, o representante da mente do mundo externo real, teríamos um simples estado de coisas com que tratar. Mas há uma outra complicação” (FREUD, 1976, p. 42). Ele anuncia a existência de uma “gradação do ego”, isto é, “uma diferenciação dentro dele que pode ser chamada de superego ou ideal de ego” e que possui uma relação direta com o Narcisismo, o Complexo de Édipo e com o processo de identificação objetal do ego. A diferença é que “essa parte do ego está menos vinculada à consciência” (1976, p. 42) e mais às escolhas objetais – catexias do objeto –, intensamente presentes nas fases primitivas do desenvolvimento dirigidas aos objetos de amor – pai, mãe ou substituto. Ao estudar “o penoso distúrbio da melancolia”, em “Luto e Melancolia” (1917), Freud observa que um objeto que é perdido instala-se novamente dentro do ego, isto é, uma catexia do objeto é substituída por uma identificação. Ele reconhece, no texto “O ego e o id” (1923), escrito seis anos depois, a significação do processo, e constata:

¹¹ “Termo clássico em filosofia e em psicologia para designar aquilo que se representa, o que forma o conteúdo concreto do ato de pensamento [...]”. Ibid., p. 449.

[...]

Nessa ocasião, contudo, não apreciamos a significação plena desse processo e não sabíamos quão comum e típico ele é. Desde então, viemos saber que esse tipo de substituição tem grande parte na determinação da forma tomada pelo ego, e efetua uma contribuição essencial no sentido da construção do que é chamado seu “caráter”. (FREUD, 1976, p. 42-43)

Segue ponderando:

[...]

Entretanto, seja o que for que a capacidade posterior do caráter para resistir às influências das catexias objetais abandonadas possa tornar-se, os efeitos das primeiras identificações efetuadas na mais primitiva infância serão gerais e duradouros. Isso nos conduz de volta à origem do ideal do ego; por trás dele jaz oculta a primeira e mais importante identificação de um indivíduo, a sua identificação com o pai em sua própria pré-história pessoal. [...]. (1976, p. 45)

Em nota de rodapé, Freud faz uma observação, a respeito da expressão “identificação com o pai” empregada na citação anterior, que é fundamental ressaltar aqui:

Talvez fosse mais seguro dizer “com os pais”, pois antes de uma criança ter chegado ao conhecimento definitivo da diferença entre os sexos, a falta de um pênis, ela não faz distinção de valor entre o pai e a mãe. [...] A fim de simplificar minha apresentação, debatarei apenas a identificação com o pai. (1976, p. 45)

Logo, a trama constituinte da identidade pessoal, social, coletiva sedimenta-se do processo de identificações objetais, sendo, como estas, igualmente representada por meio de elementos de significação que compõem um complexo mnésico. Laplanche e Pontalis trazem, nesse sentido, uma importante contribuição:

[...] sabemos que Freud não tem uma concepção estritamente empírica da memória, segundo a qual ela seria um receptáculo puro e simples de imagens; mas fala de sistema mnésico, multiplica a lembrança em diferentes séries associativas e, por fim, designa de traço mnésico muito mais um signo sempre coordenado com outros [...]. (LAPLANCHE; PONTALIS, 1991, p. 449)

Desse modo, os registros guardados na memória transformam-se em lembranças, muitas vezes, “encobridoras”, e estas podem, por meio das experiências de vida, mediadas pela *Associação livre*, favorecer a (re)significação dos diversos papéis constituidores da identidade. Por isso, pode-se dizer que a apropriação da história de vida pressupõe um conhecimento prévio armazenado e subjetivado, para que o sujeito possa prosseguir constituindo-se ao longo da vida. E, também, é desse complexo internalizado que se pode inferir que não existe uma identidade, e sim “identidades”, porque somos a representação de um jogo interativo de papéis composto por mais de um – pai, mãe, substitutos, avós, tios, professores, etc. – que ficam arquivados no arcabouço inconsciente e buscam formas de representação e (re)significação. Gumbrecht conclui:

[...] O que sempre inevitavelmente vai acontecer, individual e coletivamente, é uma acumulação de identidades. Se falo de uma minimização das identidades individuais e coletivas, falo de abandonar aquela obrigação, aquela pressão social, politicamente correta, de formar identidades como projeto. Acho que deveríamos minimizar o projeto de ter identidade. O que eu imagino é a substituição de uma política de identidades por um jogo flexível de papéis. Isto seria um progresso verdadeiro – se tal conceito “iluminista” cabe. (1999, p. 124)

Retornar ao texto de Gumbrecht para encerrar e, ao mesmo tempo, iluminar os caminhos que esta reflexão trilha acerca do conceito de identidade é, também, um convite para ampliar a compreensão, internalização e representação deste jogo “flexível de papéis” que se dá desde a pré-história de cada pessoa, e que é responsável pela fundação e pela constituição da identidade e da subjetividade, mediadas pela educação e pela cultura.

1.2 Identidade nacional

É sabido que “identidade nacional” trata-se de uma expressão forjada no século XIX e explorada pela literatura para obter o *status* de pertencimento ou de existência, principalmente por parte dos coletivismos reprimidos. Tal é a opinião de Hans Ulrich Gumbrecht expressa no texto *Minimizar identidades*. Segundo José Luís Jobim, “no Brasil, em particular, há um outro viés para a relação entre literatura e identidade nacional, pois não houve ‘derrota’ ou

‘repressão’, e sim uma certa acomodação de interesses”¹². Regina Zilberman, ao resgatar a relação entre a história da literatura e a identidade nacional, apresenta ferramentas que auxiliam para o entendimento da afirmação de Jobim, lançada em sala de aula:

[...] A história da literatura brasileira nasceu com o país a que se referia. O gênero da historiografia tomava forma nas primeiras décadas do século XIX, e sua aplicação à arte da palavra ainda se fazia de modo incipiente, quando o Brasil proclamou, em alto e bom som, a separação política de Portugal, constituindo governo e estados independentes. Entre as medidas a serem tomadas pela elite dirigente, provavelmente constava a de elaborar uma narrativa para o passado da literatura do país que começava a existir [...]. (1999, p. 25)

Entretanto, diante das circunstâncias nas quais o Brasil recebera a condição de “independente”, um conflito de ordem originária dá seus primeiros sinais, e Regina Zilberman indica o ponto do qual o conflito surge: “[...] O relato, porém, apontava antes de tudo para uma falta: narrar o quê? Se a região acabara de conquistar sua autonomia política, somente a partir de então seus produtos culturais traduziriam alguma independência ideológica ou estética [...]” (1999, p. 25-26). A autora afirma, ainda, que

[...] escrever uma história da literatura nas primeiras décadas do século XIX não era, pois, tarefa delegada apenas aos brasileiros e sim compartilhada por europeus de estirpe ilustre. Designá-la como nacional equivalia igualmente alinhar-se aos povos que o recém-nascido país no Novo Mundo queria emular. [...]. (1999, p. 26)

Desse modo, explica Zilberman,

[...]
Nossos primeiros historiadores da literatura depararam com uma missão e tanto, a saber, aquelas enumeradas por David Perkins acrescidas de atividades adicionais:

- a) listar o material, o que, na prática, correspondia a outorgar visibilidade a um *corpus*, que se tornaria o objeto de sua narrativa;
- b) elaborar uma estória (story), fornecendo-lhe um enredo coerente e aceitável;

¹² A afirmação foi feita pelo autor durante sua participação como professor da disciplina “Seminário Especial”, no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo, em janeiro de 2007.

- c) estabelecer as classificações, o que, na linguagem dos românticos, significava ser competência deles a confirmação de que o material catalogado pertencia efetivamente à nação brasileira, embora surgido antes de o próprio país existir; para tanto, cabia verificar a presença da cor local no interior do material incipiente com que labutavam [...]. (ZILBERMAN, 1999, p. 27)

Assim, é possível compreender um pouco mais o ponto no qual a identidade nacional brasileira está apoiada e representada, conforme fundamenta Zilberman:

[...]

O cumprimento das duas primeiras tarefas justificava a atividade do historiador: a resolução do terceiro legitimava-o perante a sociedade, pois, por meio da literatura, o país recebia atestado de nação, incluindo-o no rol dos territórios civilizados e progressistas, os mesmos onde imperava um regime político reconhecido internacionalmente e era dominado por uma elite ilustrada, de preferência alinhado à classe burguesa que dominava a Europa pós-revolucionária do século XIX. [...] “Identidade nacional” talvez tenha constituído o elemento de ligação entre as necessidades ideológicas do país emergente e o material que lidavam os historiadores [...]. (1999, p. 27)

Para Regina Zilberman, “os autores do século XIX que viveram sobre a égide do pensamento romântico não compreenderam identidade como diferença, e sim como similaridade, e talvez fosse do que eles quisessem se libertar [...]” (1999, p. 29). Marilena Chauí (2006, p. 9), por sua vez, entende que a representação de brasileiros que temos e de onde as forças são renovadas nos remetem ao ano de 1500, corroborando a percepção de Zilberman. Nesse ponto é que as raízes foram fincadas, e, para que possamos compreender essa representação, somos levados em direção ao “mito fundador”¹³ do Brasil, muito presente nas narrativas correspondentes ao período romântico. Segundo Marilena Chauí:

[...]

Ao falarmos em *mito*, nós o tomamos não apenas no sentido etimológico da narração pública de feitos lendários da comunidade [...], mas também no sentido antropológico, no qual essa narrativa é a solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade.

Se também dizemos mito *fundador* é porque, à maneira de toda *fundatio*, esse mito impõe um vínculo interno com o passado como origem, isto é, com o passado que não cessa nunca, que se conserva perenemente presente e, por isso mesmo, não permite o trabalho da diferença temporal e da compreensão do presente enquanto tal [...]. (2006, p. 9, grifos da autora)

¹³ Expressão de Chauí.

No que se refere ao período romântico, cabe observar que, nesse contexto, é que o conceito “identidade nacional” tem seu marco ou “invenção” original. No texto “A nação: uma visão recente”, Chauí traz contribuições importantes para a reconstrução e elaboração histórica e ideológica do conceito “identidade nacional”. Ela ressalta que “[...] é muito recente a invenção histórica da nação, entendida como Estado-nação, definida pela independência ou soberania política e pela unidade territorial e legal [...]” (2006, p. 14). Nesse sentido, é importante lembrar o que afirma a autora:

A origem da [...] palavra “nação” vem de um verbo latino, *nascor* (nacer), e de um substantivo derivado desse verbo, *natio* ou nação, que significa parto de animais, parto de uma ninhada. Por significar o “parto de uma ninhada”, a palavra *natio*/nação passou a significar, por extensão, os indivíduos nascidos ao mesmo tempo de uma mesma mãe, e, depois, os indivíduos nascidos num mesmo lugar. (CHAUÍ, 2006, p.14)

No entanto, é no final da Antiguidade e no início da Idade Média que os vocábulos “nação” e “povo”¹⁴ passam a ter empregabilidade e distinção conceitual, pois, segundo Chauí, foi nesse período que “[...] a Igreja Romana fixou seu vocabulário latino e passou a usar o plural *nationes* (nações) para se referir aos pagãos e distingui-los do *populos Dei*, o ‘povo de Deus’ [...]”. Ainda, conforme Chauí, pode-se observar que “[...] antes da invenção histórica da nação, como algo político ou Estado-nação, os termos políticos empregados eram ‘povo’ [...] e ‘pátria’ [...]”, a qual

[...] também deriva de um vocábulo latino, *pater*, pai. Não [...] como genitor de seus filhos [...], mas de uma figura jurídica, [...] o dono do *patrimonium* [...] e o senhor cuja vontade pessoal é lei, tendo o poder de vida e morte sobre todos os que formam o seu domínio. [...] Pai se refere, portanto, ao poder patriarcal e pátria é o que pertence ao pai e está sob seu poder.[...]. (2006, p. 15, grifos da autora)

A autora acrescenta que,

¹⁴ Expressões grifadas pela autora.

A partir do século XVIII, com as revoluções norte-americana, holandesa e francesa, “pátria” passa a significar o território cujo senhor é o povo organizado sob a forma de Estado independente. Eis por que, nas revoltas de independência ocorridas no Brasil nos finais do século XVIII e início do século XIX, os revoltosos falavam em “pátria mineira”, “pátria pernambucana”, “pátria americana”; finalmente, com o Patriarca da Independência, José Bonifácio, passou-se a falar em “pátria brasileira”. Durante todo esse tempo, “nação” continuava usada apenas para os índios, os negros e os judeus [...]. (CHAUI, 2006, p.16)

Chauí, ao interpretar a origem das palavras, dá suporte à compreensão do processo de constituição da nação brasileira. Infere-se que as redes associativas que se formam a partir delas, aliadas à história inscrita na mente dos brasileiros, vão remetendo a outros contornos, os quais favorecem o entendimento e o sentimento cultivados ao longo da nossa curta história.

Se acompanharmos a periodização proposta por Eric Hobsbawm, em seu estudo sobre a invenção histórica do Estado-nação, podemos, conforme sugere Chauí:

[...] datar o aparecimento de “nação” no vocabulário político na altura de 1830, e seguir suas mudanças em três etapas: de 1830 a 1880, fala-se em “princípio de nacionalidade”; de 1880 a 1918, fala-se em “idéia nacional”; e de 1918 aos anos 1950-60, fala-se em “questão nacional”. Nessa periodização, a primeira etapa vincula nação e território, a segunda a articula à língua, à religião e à raça, e a terceira enfatiza a consciência nacional, definida por um conjunto de lealdades políticas. Na primeira etapa, o discurso da nacionalidade provém da economia política liberal; na segunda, dos intelectuais pequeno-burgueses, particularmente alemães e italianos, e, na terceira, emana principalmente dos partidos políticos e do Estado. (2006, p.16)

No entanto, a autora esclarece que o surgimento do Estado moderno da “era das revoluções”¹⁵ é o ponto de partida para as suas elaborações, considerando que um Estado moderno é definido por:

[...] um território preferencialmente contínuo, com limites e fronteiras claramente demarcados, agindo política e administrativamente sem sistemas intermediários de dominação, e que precisava do consentimento prático de seus cidadãos válidos para políticas fiscais e ações militares. (Falamos em cidadãos “válidos” porque a cidadania, embora declarada universal, não o era de fato, uma vez que o cidadão era definido pela independência econômica – isto é, pela propriedade privada dos meios de produção –, excluindo trabalhadores e mulheres, e o sufrágio não era universal e sim censitário – isto é, segundo o critério de riqueza e da instrução. O sufrágio universal consagrou-se nas democracias efetivamente apenas depois da Segunda Guerra Mundial, como resultado de lutas sociais e populares [...]). (CHAUI, 2006, p. 16-17)

¹⁵ Expressão da autora.

Porém, Chauí destaca que a ideia de nação como forma de solução dos problemas, pouco a pouco, é que surge. O Estado moderno

[...] precisava enfrentar dois problemas principais: de um lado, incluir todos os habitantes do território na esfera da administração estatal; de outro, obter a lealdade dos habitantes ao sistema dirigente, uma vez que a luta de classes, a luta no interior de cada classe social, as tendências políticas antagônicas e as crenças religiosas disputavam essa lealdade [...]. (2006, p. 17)

Para Chauí, o importante é que o processo histórico de invenção da nação nos auxilia a compreender um fenômeno significativo, no Brasil, qual seja:

[...] a passagem, da ideia de “caráter nacional” para a de “identidade nacional”. O primeiro corresponde, grosso modo, aos períodos de vigência do “princípio da nacionalidade” (1830-1880) e da “ideia nacional” (1880-1918), enquanto a segunda aparece no período da “questão nacional” (1918-1960). Território, densidade demográfica, expansão de fronteiras, língua, raça, crenças religiosas, usos e costumes, folclore e belas-artes, formam os elementos principais do “caráter nacional”, entendido como disposição natural de um povo e sua expressão cultural [...]. (2006, p. 21)

É importante ressaltar que o período relativo à “questão nacional”, segundo Chauí (2006, p. 19), é marcado pela capacidade persuasiva da “ideia nacional”, entre 1918 e os anos 1950-60 do século XX, decorrente da Revolução Russa (1917); a derrota alemã na Primeira Guerra (1914-18), a depressão econômica dos anos de 1920-1930, o aguçamento mundial da luta de classes sob bandeiras socialistas e comunistas prepararam a arrancada mais forte do nacionalismo, cuja expressão paradigmática foi o nazi-fascismo.

Chauí argumenta que o nazi-fascismo e os vários nacionalismos, dessa terceira etapa, apropriaram-se da elaboração nacionalista desenvolvida nas etapas anteriores, como: a expansão e “unificação” do território; “espírito do povo”¹⁶ e raça para, através dos meios de comunicação de massa, “transformar símbolos nacionais em parte da vida cotidiana [...]” (2006, p. 20). Assim, observa Chauí que:

¹⁶ Expressões grifadas pela autora.

A possível explicação encontra-se na natureza do Estado moderno como espaço de sentimentos políticos e das práticas políticas em que a consciência política do cidadão se forma referida à nação e ao civismo, de tal maneira que a distinção entre classe social e nação não é clara e frequentemente está esfumada ou diluída [...]. (2006, p. 20)

A sutileza que envolve a passagem da ideia de “caráter nacional” para “identidade nacional” encontra, nas palavras de Chauí, um certo amparo ao ressaltar o papel da “consciência individual”, da “consciência social” e da “consciência nacional”. Ela afirma:

A ideologia da “identidade nacional” opera noutro registro. Antes de mais nada, ela define um núcleo essencial tomando como critério algumas determinações internas da nação que são percebidas por sua referência ao que lhe é externo, ou seja, a identidade não pode ser construída sem a diferença. O núcleo essencial é no plano individual, a personalidade de alguém, e, no plano social, o lugar ocupado na divisão do trabalho, a inserção social de classe. Isso traz como consequência que a “identidade nacional” precisa ser concebida como harmonia e/ou tensão entre o plano individual e o social e também como harmonia e/ou tensão no interior do próprio social. Para fazê-lo, os ideólogos da “identidade nacional” invocam as idéias de “consciência individual”, “consciência social” e “consciência nacional”. [...]. O apelo da “identidade nacional” à consciência opera um deslizamento de grande envergadura, escorregando da consciência de classe para a consciência nacional. (2006, p. 22-26)

Logo, o conceito “identidade nacional” pode ser estudado com base em diversas fontes; mas é com a aliança entre estas que ele constitui e encontra vias de compreensão, interpretação e representação. Regina Zilbermam pontua a contribuição da literatura na constituição dessa terminologia moderna:

[...]

A expressão das peculiaridades locais nacionaliza a literatura, configurando, se quisermos empregar terminologia moderna, sua identidade; ao mesmo tempo, garante a originalidade e a diferença, de modo que identidade advém não da semelhança, e sim da alteridade, a que o poeta manifesta, quando dá conta do universo que o rodeia. Os brasileiros, por efeito da educação, podem não ter conseguido realizar esse intento, mas Garrett lhes oferece a pista que os levará à sua concretização: cultivar o espírito nacional, o que, nas suas e nas palavras de Denis, determinam o caráter, e desse talvez advenha a desejada identidade, produto da originalidade e efeito da qualidade. [...]. (1999, p. 34-35)

Assim, a “pista” apresentada na citação acima também converge com a escolha do caminho escolhido para se trilhar nesta dissertação, que segue no sentido de pensar sobre a constituição da identidade nacional, partindo da representação do originário na literatura – *Iracema*, de José de Alencar –, para, depois, ancorar a reflexão na obra *Triste fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto.

1.2.1 *Iracema* – representação do originário

A obra *Iracema* (1865), de José de Alencar, traz a representação do processo originário de constituição da identidade nacional brasileira, resultante da cultura indígena e da cultura portuguesa, e remete às raízes decorrentes do período colonial. A necessidade de mostrar aos demais países que a nação recém-nascida é uma espécie de “terra prometida” dá ao Romantismo a oportunidade para batizar o conceito, e tem em José de Alencar uma espécie de “padrinho”. Da relação entre Iracema – a virgem com os lábios de mel, filha da tribo Tabajara – e Martim Soares Moreno – cabo português (mestre-de-campo) que trabalhou para libertar o Brasil da invasão holandesa – nasceu Moacir, filho do sofrimento: moacy – dor; ira – desinência que significa saído de. O fragmento da narrativa transcrito abaixo traz a representação do primeiro filho, fruto da miscigenação entre a cultura indígena e a cultura portuguesa, assim como a marca do sofrimento que prescreve a existência e a identidade:

[...]

Nessa hora em que o canto guerreiro dos pitiguaras celebrava a derrota dos guaraciabas, o primeiro filho que o sangue da raça branca gerou nessa terra da liberdade via a luz nos campos da Porangaba.

Iracema, sentindo que se lhe rompia o seio, buscou a margem do rio, onde nascia o coqueiro.

Estreitou-se com a haste da palmeira. A dor lacerou suas entranhas; porém logo o choro infantil inundou a sua alma de júbilo.

A jovem mãe, orgulhosa de tanta ventura, tomou o tenro filho nos braços e com ele arrojou-se às águas límpidas do rio. Depois suspendeu-o à teta mimosa; seus olhos o envolviam de tristeza e amor.

– Tu és Moacir, o nascido de meu sofrimento.

A ará, pousada no olho do coqueiro, repetiu Moacir; e desde então a ave amiga unia em seu canto, ao nome da mãe, o nome do filho. [...]. (ALENCAR, 1998, p. 111-112)

José Aderaldo Castello, no texto crítico “Iracema e o indianismo de Alencar”, escreve:

[...]

Reformulando uma interpretação romântica, admitimos, portanto, que elementos dispersos e diversos, quanto a origem e amplitude, eram retomados ao povo, apresentados sob a forma sintética da lenda ou do mito e assim revertidos à fonte originária como expressão legítima do reconhecimento da nacionalidade. [...]. (1979, p. 209)

Castello destaca, ainda no mesmo texto, a explicação dada por José de Alencar, ao prefaciá-lo o romance *Sonhos d'ouro*, em 1872, quanto ao sentido da sua obra como síntese do processo de nossa formação e evolução. Eis as palavras de Alencar:

A literatura nacional que outra coisa é senão a alma da pátria, que transmigrou para este solo virgem com uma raça ilustre, aqui impregnou-se da seiva americana desta terra que lhe serviu de regaço; e cada dia se enriquece ao contato de outros povos e ao influxo da Civilização?

[...]

A primitiva, que se pode chamar aborígine, são as lendas e os mitos da terra selvagem e conquistada; são as tradições que embalsamaram a infância do povo, e ele escutava como filho a quem a mãe acalenta no berço com canções da pátria, que abandonou.

Iracema pertence a essa literatura primitiva, cheia de santidade e enlevo, para aqueles que veneram na terra da pátria a mãe fecunda – alma mater, e não enxergam nela apenas o chão onde pisam. (1979, p. 212)

Marilena Chauí, na obra *Brasil – mito fundador e sociedade autoritária*, esclarece que: “[...] Um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e idéias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo”. (2006, p. 9)

Se a obra *Iracema* traz pelo caminho da literatura a representação dos elementos originários da identidade nacional brasileira e ocupa um lugar lendário e mitológico, sugere-se que as reflexões iniciadas por José de Alencar, que emergiram no século XIX e se estenderam no século XX, especialmente nos anos 1980, aqui no Brasil, podem, no século XXI, servir como “abertura do caminho (como facilitação)¹⁷” para a continuidade das reflexões relativas

¹⁷ Expressão que Evando Nascimento usa como perífrase para traduzir o termo *frayage*. Cabe ressaltar “[...] que [o termo] articula grande parte dos argumentos de ‘Freud e a cena da escritura’, conferência pronunciada no

às vias que a identidade nacional brasileira repetidamente trilha. Para Marilena Chauí, a expressão *mito fundador* conduz à fundação, sendo esta diferente da formação:

[...]

Diferentemente da formação, a fundação se refere a um momento passado imaginário, tido como instante originário que se mantém vivo e presente no curso do tempo, isto é, a fundação visa a algo como perene (quase eterno) que traveja e sustenta o curso temporal e lhe dá sentido. A fundação pretende situar-se além do tempo, fora da história, num presente que não cessa nunca sob a multiplicidade de formas ou aspectos que pode tomar. [...] A marca peculiar da fundação é a maneira como emanando da sociedade (em nosso caso, da nação) e, simultaneamente, como engendrando essa própria sociedade (ou nação) da qual ela emana. É por isso que estamos nos referindo à fundação como mito. (2006, p. 10)

Percebe-se que, em se tratando da identidade nacional brasileira, rever os mitos instalados na estruturação da identidade é um caminho fecundo para encontrar o originário sem o véu lendário e mitológico. A obra *Iracema* – neste momento – serviu para abrir os caminhos das reflexões sobre o tema, porém é com o olhar de Lima Barreto que se busca apoio para refletir sobre a articulação entre a identidade nacional e a constituição da subjetividade, na medida em que o autor cria a narrativa e o personagem Policarpo Quaresma – suas ações e seu pensamento –, no romance *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1911).

2 TECENDO A (RE)SIGNIFICAÇÃO – A FUNÇÃO DA CRÍTICA E DA NARRATIVA LITERÁRIA: EXPRESSÃO DA IDENTIDADE/ SUBJETIVIDADE, DA SOCIEDADE E DA CULTURA

O conceito de identidade nacional foi amplamente difundido no século XIX, como sinônimo de existência, pertencimento e representação de nacionalidade. O Brasil, por sua condição infante de Estado-nação, ensaiava seus primeiros passos, manifestando o desejo de existir além da condição de colonizado, de modo que apoiou-se na literatura para dar voz à sua narratividade. Assim, se a constituição do conceito de identidade nacional recebeu da história da literatura a função de sustentação e apoio, esta teve e tem, na crítica e nas narrativas literárias, um certo “termômetro” de como as vias de constituição da identidade/ subjetividade (re)significam o tecido social e cultural brasileiro.

2.1 A crítica literária

Ao longo da história do Brasil, a história da literatura e a crítica literária brasileira constituíram-se e continuam constituindo-se em conjunto com o desenvolvimento da sociedade. Desde a colonização a literatura dá a mão para a sociedade brasileira obter o *status* de existência. Antonio Candido, no texto “Letras e idéias no período colonial”, faz uma exposição didática, ressaltando que:

Os primeiros estudiosos da nossa literatura, no tempo do Romantismo, se preocuparam em determinar como ela surgiu aqui, [...] a época era de exigente nacionalismo, consideravam que lutara dois séculos para se formar, a partir do nada, como expressão de uma realidade local própria, descobrindo aos poucos o verdadeiro caminho, isto é, a descrição dos elementos diferenciais, notadamente a natureza e o índio. [...]. (2006, p. 99)

O crítico destaca, no referido texto, que “Joaquim Norberto chegou a imaginar a existência de uma literatura indígena, autenticamente nossa, que, ao não ter sido sufocada maliciosamente pelo colonizador, teria desempenhado o papel formador que coube à portuguesa...” (2006, p. 99), razão pela qual

a concepção passou à crítica naturalista, e dela aos nossos dias, levando a conceber a literatura como processo retilíneo de abasileiramento, por uma descoberta da realidade da terra ou recuperação de uma posição idealmente pré-portuguesa, quando não antiportuguesa. Resultaria uma espécie de espectrograma em que a mesma cor fosse passando das tonalidades esmaecidas para as mais densamente carregadas, até o nacionalismo triunfal dos indianistas românticos. (CANDIDO, 2006, p. 99)

Antonio Candido continua sua exposição didática, afirmando que: “Este ponto de vista é historicamente compreensível como elemento de tomada de consciência da jovem nação, tanto mais quanto os letrados brasileiros, a certa altura do século XVIII, passaram conscientemente a querer fundar ou criar uma literatura nossa [...]” (2006, p. 99). Do ponto de vista histórico, comenta o crítico, “interessa averiguar como se manifestou uma literatura enquanto sistema orgânico, articulado, de escritores, obras e leitores ou auditores, reciprocamente atuantes, dando lugar ao fenômeno capital da formação de uma tradição literária”. (2006, p. 100)

No que se refere ao processo formativo da literatura, o autor destaca dois blocos diferentes:

um constituído por manifestações literárias ainda não inteiramente articuladas: outro, em que se esboça e depois se afirma esta articulação. O primeiro compreende sobretudo os escritores de diretriz cultista, ou conceptista, presentes na Bahia, de meados do século XVII a meados do século XVIII; o segundo, os escritores neoclássicos ou arcádicos, os publicistas liberais, os próprios românticos, porventura até o terceiro quartel do século XIX. Só então se pode considerar formada a nossa literatura, como sistema orgânico que funciona e é capaz de dar a uma vida literária regular, servindo de base a obras ao mesmo tempo universais e locais. (CANDIDO, 2006, p. 100)

A importância da distinção entre manifestação e sistema literário Antonio Candido expressa, também, no seu estudo relativo à *Formação da literatura brasileira*, no qual identifica a literatura como sistema e aborda “[...] a formação da literatura brasileira como síntese de tendências universalistas e particularistas [...]”. Ele explica que,

[...]

Para compreender em que sentido é tomada a palavra formação, e porque se qualificam decisivos os momentos estudados, convém principiar distinguindo *manifestações* literárias, de literatura propriamente dita, considerada aqui um sistema de obras ligadas por denominadores comuns, que permitem reconhecer as notas dominantes numa fase. Estes denominadores são, além das características internas (língua, temas, imagens), certos elementos de natureza social e psíquica, embora literariamente organizados, que se manifestam historicamente e fazem da literatura aspecto orgânico da civilização. (2007, p. 25, grifo do autor)

O tripé composto por autor-livro-leitor configura uma composição orgânica nuclear que se multiplica e transforma uma unidade em múltiplas unidades constituintes da identidade individual e coletiva pela via literária. Antonio Candido refere que há

[...] certos elementos de natureza social e psíquica [...] que se manifestam historicamente e fazem da literatura aspecto orgânico da civilização. [...]

Entre eles se distinguem: a existência de um conjunto de produtores literários, mais ou menos conscientes do seu papel: um conjunto de receptores, formando os diferentes tipos de público, sem os quais a obra não vive; um mecanismo transmissor, (de modo geral uma linguagem, traduzida em estilos), que liga uns a outros. O conjunto dos três elementos dá lugar a um tipo de comunicação inter-humana, a literatura, que aparece sob este ângulo como sistema simbólico, por meio do qual as veleidades mais profundas do indivíduo se transformam em elementos de contato entre os homens, e de interpretação das diferentes esferas da realidade. [...]. (2007, p. 25)

O mesmo autor, ao referir-se à função de crítico, especialmente desenvolvida na obra *Formação da literatura brasileira* – momentos decisivos, à qual dedicou 12 anos (1945 - 1957) de trabalho para a publicação da 1ª edição, afirma que:

[...]

Em um livro de crítica, mas escrito do ponto de vista histórico, [...], as obras não podem aparecer em si, na autonomia que manifestam, quando abstraímos as circunstâncias enumeradas; aparecem, por força da perspectiva escolhida, integrando em dado momento um sistema articulado e, ao influir sobre a elaboração de outras, formando, no tempo, uma tradição. [...]. (2007, p. 26)

Ao escrever sobre “O terreno e as atitudes críticas”, Antonio Candido apresenta elementos importantes para o trabalho do crítico literário, no sentido de que a fortuna crítica do autor siga o processo de reconhecimento e definição de valor. Para isso, Antonio Candido apresenta algumas ponderações quanto à “Crítica viva”:

Toda a crítica viva – isto é, que empenha a personalidade do crítico e intervêm na personalidade do leitor – parte de uma impressão para chegar a um juízo, e a história não foge a esta contingência. [...] entre as duas pontas se interpõe algo que constitui a seara própria do crítico, dando validade ao seu esforço e seriedade ao seu propósito: o trabalho construtivo de pesquisa, informação e exegese.

Em face do texto, [...] o leitor será tanto mais, [...] quanto [...] for capaz de ver, num escritor, o seu escritor, que vê como ninguém mais e opõe, com mais ou menos discrepância, ao que os outros vêem. Por isso, a crítica viva usa largamente a intuição, aceitando e procurando exprimir as sugestões trazidas pela leitura. Delas sairá afinal o juízo, que não é julgamento puro e simples, mas avaliação, reconhecimento e definição de valor. [...] A impressão, como timbre individual, permanece essencialmente, transferindo-se ao leitor pela elaboração que lhe deu generalidade; e o orgulho inicial do crítico, um leitor insubstituível, termina pela humildade de uma verificação objetiva, a que outros poderiam ter chegado, e o irmana aos lugares-comuns do seu tempo. [...]. (2007, p. 33)

Ainda, Antonio Candido ressalta os elementos de compreensão e aborda os “níveis possíveis de compreensão”, a que a crítica deve atender:

[...]

Uma obra é uma realidade autônoma, cujo valor está na fórmula que obteve para plasmar elementos não literários: impressões, paixões, idéias, fatos, acontecimentos, que são a matéria-prima do ato criador. A sua importância quase nunca é devida à circunstância de exprimir um aspecto da realidade, social ou individual, mas à maneira por que o faz. [...] Esta autonomia depende, antes de tudo, da eloquência do sentimento, penetração analítica, força de observação, disposição das palavras, seleção e invenção das imagens; do jogo de elementos expressivos, cuja síntese constitui a sua fisionomia, deixando longe os pontos de partida não literários. [...] O trabalho na leitura de um texto [...] consiste [...] em analisar a visão que a obra exprime do homem, a posição em face dos temas, através dos quais se manifestam o espírito ou a sociedade. [...] O que interessa é averiguar até que ponto interferiram na elaboração do conteúdo humano da obra, dotado da realidade própria [...]. Na tarefa crítica há, portanto, uma delicada operação, consistente em distinguir o elemento humano anterior à obra e o que, transfigurado pela técnica, representa nela o conteúdo, propriamente dito. [...]. (2007, p. 35-36)

É, pois, com o olhar e a atenção dirigidos à concepção da identidade nacional que se busca interpretar o pensamento de Lima Barreto representado nos folhetins de *Triste fim de Policarpo Quaresma*, e, principalmente, ampliar a compreensão e promover alguma reflexão quanto ao vasto silêncio que envolveu a produção literária no início e no decorrer do século XX.

Eliane Vasconcelos, na organização da obra *Lima Barreto: prosa seleta*, destaca, na fortuna crítica do autor, entre outros aspectos, a percepção de Manuel Oliveira Lima e Fábio Luz em relação à obra *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Manuel Oliveira Lima afirma:

[...]

O Sr. Lima Barreto não se dá o luxo, por vezes espantoso, de rebuscadas psicologias. Ao leitor deixa ele o reconstituir o caráter dos seus personagens: o leitor porém o pode fazer sem fadiga, naturalmente, quase indistintivamente, com os elementos postos à sua disposição – observações passageiras, fragmentos de diálogos, notações rápidas de sentimentos. De tudo isso se deriva uma psicologia completa, que melhor se grava no nosso espírito do que se fosse feita por meio de sutil e detalhada análise. [...] Em *Policarpo Quaresma* predomina o sentimento: banha o livro um sopro de compaixão, uma vibração misteriosa de piedade que resgata qualquer defeito de composição, que ainda possa apresentar essa segunda tentativa, no gênero romance, da mais prometedora vocação da geração nova, espírito no qual se alia ao senso do pitoresco o senso social. [...]. (apud VASCONCELOS, 2001, p. 35- 37)

Fábio Luz se refere ao escritor Lima Barreto como:

[...] O criador do romance social de crítica acerba, irônica, ferina, em que, rido, morde, caustica, ridiculariza, expõe no pelouro da letra de fôrma as mazelas da nossa sociedade, buscando de preferência as feições do ridículo. [...] ninguém sabe como tem vagares para escrever páginas de tão perfeita observação, no aparente desregramento de sua vida, despreocupado com as conveniências sociais, perambulando constantemente pela cidade, parecendo indiferente ao mundo que o cerca, e armazenando, como em placas fotográficas, todos os variados aspectos da vida social carioca, principalmente carioca, representação sublimada da vida brasileira.

Quem viveu no Rio de Janeiro, nos anos de 1893 e 1894 – pode julgar da verdade com que a parte risível daquele episódio da história da República é contada e comentada.

Ricardo Coração dos Outros, Policarpo Quaresma, Albernaz, Sr. Armando Borges, etc., são tipos conhecidos, com os quais nos acotovelamos diariamente, retratados com perfeição, bem como as mulheres que formam o meio familiar dessas figuras dos livros. [...].

É uma água-forte retratando a alma pequena de uma parte da nossa gente; é um trato moral gravado a buril, estilizando as dobras recônditas da alma de nossos doutores, profissionais nas caçadas de dotes, montado na fortuna e na importância dos sogros, fazendo-se sócios de academias de vereadores, inspetores de higiene, lentes, deputados, governadores, etc., casando com os dotes e levando as mulheres de contrapeso. (apud VASCONCELOS, 2001, p. 38-39)

A caracterização histórico-literária do romance no período pré-modernista (1900 – 1922), segundo Alfredo Bosi, “[...] é marcada por uma mentalidade positivista, agnóstica e liberal na Primeira República. [...]”. Para Bosi, “[...] Lima Barreto e colegas (Euclides da Cunha, Graça Aranha e Monteiro Lobato) injetam algo novo na literatura nacional, na medida em que se interessam pelo que já se convencionou chamar de ‘realidade brasileira’” (1992, p. 11-12). Em relação à produção literária de Lima Barreto, Bosi afirma:

O romance de Lima Barreto está situado pela crítica em nível mais alto e mais próximo da renovação modernista. A biografia de Afonso Henriques de Lima Barreto explica o húmus ideológico de sua obra: a origem humilde, a cor, a vida penosa de jornalista pobre e de pobre amanuense, aliadas à viva consciência da própria situação social, motivaram aquele seu socialismo maximalista, tão emotivo em suas raízes quanto penetrante em suas análises. (1992, p. 93)

Ao tomar-se conhecimento da fortuna crítica do autor, é possível verificar uma certa falta de investimento de outros olhares para os elementos que compõem a obra *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Silviano Santiago (1982), no ensaio “Uma ferroada no peito do pé”, chama a atenção a dois elementos que ainda não foram investigados com fins de análise crítica. O primeiro diz respeito ao “núcleo repetitivo”, que, aparentemente, serve de gancho para manter a atenção do leitor comum, já que a referida obra fora publicada, primeiramente, em folhetins; o segundo é relativo ao “ideal” que o protagonista persegue insistentemente.

Diante disso, justifica-se o caminho pelo qual se busca ampliar a fortuna crítica do autor, ressaltando que os registros sobre as vias de constituição da identidade nacional estão diretamente ligados ao desenvolvimento da subjetividade da nação brasileira. Para isso, fez-se necessário que o “encontro originário” entre as culturas – indígena, africana e portuguesa – fundantes da identidade/ subjetividade fosse (re)significado nas diferentes faces que constituem uma sociedade e que são sustentadas pela educação e pela cultura.

2.2 A narrativa literária

Pré-modernidade, modernidade e pós-modernidade; velho e novo; passado e presente; presente e futuro são formas de expressar as relações do homem com seu meio e em determinados tempos. Porém, sabemos que o homem somente existe e marca o seu tempo, ao

deixar registrada a sua trajetória, seja pela tradição oral ou escrita, de forma que seus sucessores sigam escrevendo a história da humanidade. É da tradição oral que nascem as inúmeras estruturas narrativas, tanto as orais e escritas quanto as veiculadas por imagens e gestos. Enfim, o importante é que as narrativas ocupam uma dupla função na constituição da identidade e da subjetividade. Elas tanto representam quanto constituem sujeitos com identidade própria. De acordo com Barthes, na obra *Introdução à análise estrutural da narrativa*,

Inumeráveis são as narrativas do mundo. Há em primeiro lugar uma variedade prodigiosa de gêneros, distribuídos entre substâncias diferentes, como se toda matéria fosse boa para que o homem lhe confiasse suas narrativas: a narrativa pode ser sustentada pela linguagem articulada, oral ou escrita, pela imagem, fixa ou móvel, pelo gesto ou pela música ou pela mistura ordenada de todas as substâncias; está presente no mito, na lenda, na fábula, no conto, na novela, na epopéia, na história, na tragédia, no drama, na comédia, na pantomima, na pintura, [...] na conversação. [...]. (BARTHES, 1973, p. 19)

As narrativas fazem parte da humanidade e da vida humana desde a tenra idade. Para Terry Eagleton, a “brincadeira” *fort-da*¹⁸, além de representar um jogo significativo para o desenvolvimento do sujeito, também pode ser vista como interpretação das primeiras percepções da narrativa na criança:

¹⁸ Para esclarecer ao leitor, *o fort-da* é um jogo considerado clássico da psicanálise e que teve a interpretação de Freud, em *Além do princípio do prazer* (1920), no qual registrou a observação feita sobre a primeira brincadeira que um menino (de um ano e meio) realizava. A observação ocorreu num período de “algumas semanas” nas quais Freud viveu “[...] sob o mesmo teto que a criança e seus pais [...]”. Freud conta que o referido menino “[...] tinha o hábito ocasional e perturbador de apanhar quaisquer objetos que pudesse agarrar e atirá-los longe para um canto, sob a cama, de maneira que procurar seus brinquedos dava um bom trabalho. Enquanto procedia assim, emitia um longo e arrastado ‘o-o-o-ó’, acompanhado por expressão de interesse e satisfação. Sua mãe e o autor do presente relato concordaram em achar que isso não constituía uma simples interjeição, mas representava a palavra alemã ‘fort’ ([...] na versão inglesa traduz por ‘gone’, particípio passado do verbo *to go*, ‘ir, partir’, é advérbio utilizado com o mesmo sentido de nosso complemento circunstancial embora, normalmente empregado na expressão ‘ir embora’, motivo pelo qual assim o traduzimos. Esta é uma nota do tradutor, registrada no rodapé da página vinte e seis, da fonte acima). Acabei por compreender que se tratava de um jogo e que o único uso que o menino fazia de seus brinquedos era brincar de ‘ir embora’ com eles. Certo dia, fiz uma observação que confirmou o meu ponto de vista. O menino tinha um carretel de madeira com um pedaço de cordão amarrado em volta dele. Nunca lhe ocorrera puxá-lo atrás de si, por exemplo, e brincar com o carretel como se fosse um carro. O que fazia era segurar o carretel pelo cordão e com muita perícia arremessá-lo por cima da sua caminha encortinada, de maneira que aquele desaparecia entre as cortinas, ao mesmo tempo em que o menino proferia o seu expressivo ‘o-o-o-ó’. Puxava então o carretel para fora da cama novamente, por meio do cordão, e saudava o seu reaparecimento com um alegre ‘da’ (‘ali’). Essa, então, era a brincadeira completa: desaparecimento e retorno. [...]”. (1976, p. 25-29)

[...] O “*fort-da*” talvez seja a menor história que possamos imaginar: um objeto se perde e em seguida é recuperado. [...]

Contudo, até mesmo as mais complexas narrativas podem ser interpretadas como variantes desse modelo: o padrão da narrativa clássica é o de que uma estrutura original é desorganizada e acaba sendo restaurada. Desse ponto de vista, a narrativa é uma fonte de consolo: os objetos perdidos são causa de ansiedade para nós, simbolizando certas perdas inconscientes mais profundas (o nascimento, as fezes, a mãe), e é sempre um prazer vê-los de volta seguros. [...]. (2006, p. 199)

Hoje, compreende-se muito mais o significado das narrativas para a humanização e constituição da subjetividade do sujeito, especialmente, porque elas favorecem a recuperação da historicidade das pessoas, da sociedade e do mundo. Segundo Barthes,

[...] a narrativa está presente em todos os tempos, em todos os lugares, em todas as sociedades: a narrativa começa com a própria história da humanidade; não há, não há parte alguma, povo algum sem narrativa; todas as classes, todos os grupos humanos têm suas narrativas, e freqüentemente estas narrativas são apreciadas em comum por homens de cultura diferente, e mesmo oposta: [...] a narrativa esta aí, como a vida. [...]. (1973, p. 19-20)

Alcione Araújo, na entrevista “A literatura nos faz múltiplos”, concedida a André Azevedo da Fonseca, fala do “poder das narrativas”¹⁹. Numa síntese registrada em cinco páginas, o entrevistado conduz o leitor a mares literários bem distantes, tanto no tempo quanto no espaço, mas que corroboram com estas reflexões. É com *Ilíada*, de Homero, 8 A. C., que Alcione Araújo lança os primeiros movimentos para sinalizar, na memória do leitor, a contribuição que as narrativas dão a cada pessoa e à coletividade, em determinado tempo e em determinado lugar, e são repassadas de geração em geração, assim obtêm o *status* de “permanência”. Ele assinala que:

[...] o homem [...] precisa de histórias. As histórias foram e são contadas em muitos lugares e de diversas maneiras, inicialmente pela história oral. Homero, por exemplo, foi um poeta que criou no século 8 A. C., mas a sua obra só foi escrita no século 6 A.C.. Portanto, era literatura oral, até então. [...] a autoridade de Homero, na verdade, é uma contribuição, porque na literatura oral você contava a *Ilíada*, por exemplo, e aí as pessoas que ouviam e davam sua contribuição pessoal na hora que contavam pra alguém. E esse processo é cumulativo, cada pessoa tem seus filtros. Duzentos anos depois da morte de Homero, quando a *Ilíada* foi publicada, ela tinha a contribuição de todos os cantadores que a relataram. A obra é atribuída a Homero por generosidade, por reconhecimento tardio. Mas é uma obra de criação coletiva. (FONSECA, 2003, p. 1-2)

¹⁹ Entrevista disponível em: <<http://www.revelacaoonline.unibe.br/portofolio/alcionel.html>>. Acesso em: 29 set. 2005.

Alcione Araújo ressalta que, desde a pré-história de cada sujeito, a atenção que é dada às narrativas tem significado vital, pois elas agregam, transformam e constituem a identidade e a subjetividade humana:

Hoje, a Psicanálise me dá essa informação de que através das narrativas – de qualquer forma que sejam feitas – eu consigo agregar, à minha vida, vivências que eu não vivi. E aí é como se eu me transformasse em múltiplos, vivendo uma possibilidade que nunca me ocorreria na vida. [...] Sempre se achou que o homem gostava de ouvir histórias pela mera aventura, pelo encantamento da história em si, [...] todas as pessoas procuram as histórias para enriquecer sua experiência de vida e para ver como vive o outro. A história também revela a alteridade – que é como eu encontro o outro em mim, como eu acolho o outro em mim. E com isso eu me enriqueço, na minha vida, com a experiência do outro. Não do acontecimento, da ação: mas da personagem. É por isso que o homem precisa de histórias – e precisa de histórias de sua época, não bastam histórias do passado. [...]. (apud FONSECA, 2003, p. 2)

Para que as narrativas não passem em vão, são variados os gêneros que as representam. Um exemplo que marcou determinado tempo e certos grupos sociais foi o folhetim, gênero composto por narrativas curtas, de leitura rápida, que eram publicadas no rodapé das páginas dos jornais diários. Ele teve origem na França e, rapidamente, espalhou-se pelo mundo. No Brasil, o Rio de Janeiro – na época, capital do Império – vivia o auge da europeização, e foi a cidade brasileira que teve intensa assimilação desse gênero textual. O folhetim representava uma espécie de “última moda em Paris”, de onde os hábitos e os costumes eram ditados, e rapidamente assumidos pela sociedade carioca, a qual almejava o reconhecimento de Estado-nação, independente e modernizada.

O ponto importante é que as publicações das narrativas curtas – os folhetins – visavam a facilitar o acesso da população ao texto literário escrito, com pouco custo financeiro, uma vez que apenas a elite brasileira possuía a leitura em livro. A movimentação dos intelectuais da época para desenvolver uma identidade nacional tendo os textos literários curtos nas páginas dos jornais tornou-se o carro-chefe para constituição e ampliação do número de leitores e para o desenvolvimento do hábito de leitura no leitor comum. Essa modalidade de narrativa, como refere Silviano Santiago, traz, na sua esteira, e deixa como herança ao leitor comum “[...] a novela, a foto e a telenovela uma vez que este leitor se deixa prender mais pela isca da repetição do que pelo anzol da surpresa. [...]” (1983, p. 163). Meyer (2005, p. 27) lembra que, nessa mesma esteira, o romance-folhetim também deixa a crônica como representante, nos jornais e revistas desse tempo, para constituir leitores.

A aproximação entre o usual veículo de comunicação – o jornal – e as narrativas – romance-folhetim e crônica –, assim como a possível efemeridade destas, remete às palavras de Vera Lúcia de Souza e Lima, na apresentação do livro de crônicas *Urgente é a vida*, de Alcione Araújo, onde cita o sentimento do próprio autor quanto à característica do gênero: “[...] Como as folhas no outono, as crônicas soltam-se no ar, balançam na memória de um ou outro leitor e, por fim, fecham seu ciclo sob o solo do esquecimento. [...]”. Souza e Lima complementa afirmando que, quando as crônicas compõem um volume, “[...] abandonam a transitoriedade e assim recebem o estatuto de perenidade que a literatura lhe confere. [...]” (2004, p. 11). Desse modo, também o romance-folhetim, que da França veio para o Brasil e ocupou o seu lugar nas páginas do *Jornal do Comércio* e na maioria dos jornais, deu espaço e incentivo para a produção literária brasileira. Porém, dos gêneros como crônica e conto encontram-se poucos herdeiros nos dias atuais. É importante salientar, nessa evocação memorialística, que a maioria dos escritores brasileiros publicou seus textos, hoje considerados clássicos, antes em folhetins para depois editá-los em volume.

Lima Barreto (1881 – 1922) é um desses nomes. O autor faz das suas linhas escritas uma forma de expressão e de denúncia de alguém que traz no corpo e na alma as marcas de uma história de vida constituída por carências materiais e emocionais, perdas e discriminações, representadas pela cor e pela pobreza. A narrativa *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1911), sua obra-prima, foi apresentada ao público leitor nos folhetins do *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro e, cinco anos após (1916), publicada em livro. Lima Barreto, por ter acesso aos dois recursos – o jornal e a literatura – e pelo fato de estar munido de um intenso espírito crítico, não hesitou em questionar – no conjunto da sua obra – as vias pelas quais a identidade nacional brasileira se constituía, e os riscos que o Rio de Janeiro corria ao mapear-se sob intensa influência da sociedade burguesa europeia e do positivismo.

É significativo observar que Lima Barreto faz dos folhetins de *Triste fim de Policarpo Quaresma* uma chamada metalingüística, na qual induz e conduz o leitor comum a uma reflexão quanto à forma como cada um ocupa e identifica o seu lugar e o seu papel na sociedade.

3 TECENDO A (RE)SIGNIFICAÇÃO – O PANO DE FUNDO DA OBRA LIMANA: O AUTOR, A NARRATIVA, O NARRADOR E O PERSONAGEM PRINCIPAL EM *TRISTE FIM DE POLICARPO QUARESMA*

Neste capítulo, apresentam-se as tramas de fios que a obra limana *Triste Fim de Policarpo Quaresma* traz na sua estrutura e no seu conteúdo ficcional – o autor, a narrativa, o narrador e o personagem principal –, as quais ajudam a compor o pano de fundo. Tais elementos integram a consciência perceptiva de Lima Barreto em relação à sua própria história de vida, servindo para examinar – e refletir sobre – a articulação entre a identidade/ subjetividade, a identidade nacional e a formação do leitor comum. Na narrativa, o autor mostra os riscos que a cópia e a incorporação de hábitos e de costumes europeus representam para a identidade de uma nação recém-nascida, como é o caso da brasileira. No que se refere ao narrador e ao personagem principal, o escritor deixa transparecer seu íntimo envolvimento e sua preocupação não apenas com a representação da história social, política, econômica e cultural da sociedade carioca e da cidade do Rio de Janeiro, na Primeira República, mas também com o destino dessa sociedade.

3.1 O autor

Afonso Henriques de Lima Barreto²⁰ (1881 – 1922), mulato, neto de escravos, era filho do tipógrafo João Henriques de Lima Barreto e da professora pública Amália Augusta

²⁰ Para a análise dos dados biográficos do autor e da narrativa escolhida para exame foi utilizada a mesma edição da obra *Lima Barreto: prosa seleta*, organizada por Eliana Vasconcellos, com base nos estudos de Francisco de Assis Barbosa sobre a vida e a obra do referido escritor.

Barreto. Aos seis anos, perde a mãe, que falece vítima de tuberculose e deixa quatro filhos pequenos, três meninos e uma menina. Sendo o primogênito, Lima Barreto assume o cuidado dos irmãos em ajuda ao pai, ao lado de quem assiste, aos sete anos, às comemorações referentes à Abolição da Escravatura, em maio de 1888.

Ainda criança, sente o que significava ter nascido “sem dinheiro, mulato e livre”, numa sociedade racista e preconceituosa. Em 1889, vê o pai ser promovido, e, no ano seguinte, exonerado da Imprensa Nacional. Em seguida, o pai é nomeado escriturário, e, mais tarde, administrador da Colônia de Alienados da Ilha do Governador. É válido salientar que, apesar das carências vividas desde a infância, Lima Barreto tem, nessa fase, a presença e o incentivo do pai em relação às “belas letras” e ao cultivo da terra. Conta o autor que seu pai, num certo dia, adormece lúcido e amanhece desorientado mentalmente. Daí em diante, passa por frequentes internações, e, em 1903, é aposentado. Lima Barreto acompanha o histórico das internações do pai e dá suporte aos irmãos.

Em relação aos estudos, Lima Barreto tem pleno sucesso até o ginásio, assim como no exame vestibular, que presta, aos dezesseis anos, para a Escola Politécnica de Engenharia. Seus estudos são custeados pelo padrinho. Também aos dezesseis anos passa a frequentar, diariamente, a Biblioteca Nacional. Na Escola Politécnica, vive a discriminação em consequência da cor da sua pele, razão pela qual é reprovado em algumas disciplinas por várias vezes. Em 1903, é reprovado em Mecânica pela quinta vez. No mesmo ano, presta concurso para uma vaga de amauense na Diretoria do Expediente da Secretaria da Guerra e se classifica em segundo lugar. É nomeado e empossado. Paralelamente, inicia sua carreira de jornalista e de escritor. Nesse ano, registra, em seu *Diário íntimo*, algumas notas sem data. A primeira delas recebe o título “Um diário extravagante”, onde escreve: “Eu sou Afonso Henriques de Lima Barreto. Tenho vinte e dois anos. Sou filho legítimo de João Henriques de Lima Barreto. Fui aluno da escola Politécnica. No futuro, escreverei a História da Escravidão Negra no Brasil e sua influência na nossa nacionalidade”. A segunda nota registra: “Nasci em segunda-feira, 13-5-81”. Na terceira nota, escreve: “O meu decálogo: 1- Não ser mais aluno da Escola Politécnica. 2- Não beber excesso de coisa alguma. 3- E...” (VASCONCELLOS, 2001, p. 1213). A exclusão da Escola Politécnica reforça a sua compreensão a respeito da sociedade racista e preconceituosa em que vive. Aos vinte e sete anos, desabafa novamente sua dor no mesmo *Diário íntimo*, em 16 de julho de 1908, fazendo uma retrospectiva da vida que levara desde menino e expressando os seus mais íntimos sentimentos:

Desde menino, eu tenho a mania do suicídio. Aos sete anos logo depois da morte da minha mãe, quando eu fui acusado injustamente de furto, tive vontade de me matar. Foi desde essa época que eu senti a injustiça da vida, a dor que ela envolve, a incompreensão da minha delicadeza, do meu natural doce e terno; e daí também comecei a respeitar supersticiosamente a honestidade, de modo que as mínimas cousas me parecem grandes crimes e eu fico abalado e sacolejante. [...] Outra vez que essa vontade me veio foi aos onze ou doze anos, quando fugi do colégio. Armei um laço numa árvore lá no sítio da ilha, mas não me sobrou coragem para me atirar no vazio com ele ao pescoço. [...] Hoje quando essa triste vontade me vem [...] o que me impede de consumir o ato: é o hábito de viver, é a covardia, é a minha natureza débil e esperançada. [...]

Mas de tudo isso, o que mais me amola é sentir que não sou inteligente. Mulato, desorganizado, incompreensível e incompreendido, era a única coisa que me encheria de satisfação, ser inteligente, muito e muito! A humanidade vive da inteligência e para a inteligência, e eu entraria por força na humanidade, isto é, na grande humanidade de que quero fazer parte. [...]

Mas não é só não ser inteligente que me abate. Abate-me também não ter amigos e ir perdendo os poucos que tinha. [...]

Eu fico só, só com os meus irmãos e o meu orgulho e as minhas falhas. Vai me faltando a energia. Já não consigo ler um livro inteiro, já tenho náuseas de tudo, já escrevo com esforço. Só o Álcool me dá prazer e me tenta... Oh! Meu Deus! Onde irei parar?

Tenho um livro (trezentas páginas manuscritas), de que falta escrever dois ou três capítulos. Não tenho ânimo de acabá-lo. Sinto-me besta, imbecil, fraco, hesito em publicá-lo, hesito em acabá-lo.

É por isso que me dá gana de matar-me; mas a coragem me falta e me parece que é isso que me falta sempre. (2001, p. 1282)

O alcoolismo, associado, possivelmente, aos sofrimentos e às carências do corpo e da alma, torna breve a vida de Lima Barreto. Aos quarenta e um anos de idade, no dia 1º de novembro de 1922, falece, no Rio de Janeiro, motivado por uma gripe torácica e por um colapso cardíaco. Apesar da brevidade de sua vida, o escritor tem tempo de registrar e denunciar, nos seus textos, o preconceito, a corrupção nos diversos meios, os jogos de interesse e de poder que a cidade do Rio de Janeiro assimilava e incorporava. Diante de tal atitude, recebe como retorno uma espécie de “silêncio”, manifestado por meio de breves comentários da crítica acerca da sua produção escrita. Dos estudos que retomam o pensamento e a produção escrita de Lima Barreto, destaca-se o de Silviano Santiago, o qual serve de apoio para as reflexões desenvolvidas nesta dissertação.

3.2 A narrativa

O romance *Triste fim de Policarpo Quaresma* é considerado a obra-prima de Afonso Henriques de Lima Barreto. Em 1911, tem sua primeira publicação nos folhetins do *Jornal do*

Comércio do Rio de Janeiro e, cinco anos após, em 1916, é publicado em volume. A edição é custeada pelo próprio autor com dinheiro que toma emprestado, uma vez que não consegue quem o edite. Apesar do aparente silêncio, o romance tem sucesso de crítica já em seu lançamento.

Lima Barreto representa, nessa obra, a sociedade brasileira na Primeira República (1891–1894), período do governo positivista de Floriano Peixoto. Assim, constituem o contexto da narrativa o panorama geográfico, histórico e político da capital do Brasil – a cidade do Rio de Janeiro –, e, em especial, os hábitos e os costumes europeizados da sua população no referido período.

A primeira parte da história caracteriza a cultura popular expressa nos hábitos dos moradores do subúrbio do Rio de Janeiro, a preocupação da sociedade burguesa com as festas promovidas tanto para a apresentação das filhas ao casamento, quanto para a obtenção de cargos de prestígio junto ao poder político. As amizades e o casamento por interesse ocupam, desse modo, a centralidade de tais festas. Já a segunda parte contextualiza as questões ligadas à vida do pequeno agricultor, sua sobrevivência, seus projetos de cultivo e cuidado da terra, e o modo como esse homem persegue seus desejos e ambições estando tão afastado da informação. A terceira parte, por sua vez, trata de aspectos ligados à ausência de projetos políticos do governo para a agricultura e à liderança de Floriano Peixoto, fabricada para responder aos interesses do positivismo. José Murilo de Carvalho, na obra *Os bestializados*, descreve a cidade do Rio de Janeiro nessa época:

[...]

O Rio de Janeiro dos primeiros anos da República era a maior cidade do país, com mais de 500 mil habitantes. Capital política e administrativa estava em condições de ser também, pelo menos em tese, o melhor terreno para o desenvolvimento da cidadania. [...]. O cidadão era, até etimologicamente, o habitante da cidade. Nela se tornou possível a liberação do poder privado dos senhores feudais. Nela foi que aos poucos se desenvolveram a noção e a prática de um sistema de governo montado sobre o pertencimento individual a uma coletividade. O burguês foi o primeiro cidadão moderno. [...]. E, o positivismo, ou certa leitura positivista da República, que enfatizava, de um lado, a idéia do progresso pela ciência e, de outro, o conceito de ditadura republicana, contribuía poderosamente para o reforço da postura tecnocrática e autoritária. [...]. (CARVALHO, 1991, p. 35)

Lima Barreto, que nasceu e viveu no subúrbio do Rio de Janeiro, projetou na cidade os sentimentos mais profundos da sua alma. Não hesitou, apesar dos obstáculos, em denunciar os

rumos a que os modelos fabricados pelo positivismo levavam a cidade e a República. Conta o narrador:

A cidade andava inçada de secretas, *familiares* do Santo Ofício Republicano, e as declarações eram moedas com que se obtinham postos e recompensas. Bastava a mínima crítica, para se perder o emprego, a liberdade – quem sabe? –, a vida também.

[...]

Os militares estavam contentes, especialmente os pequenos, os alferes, os tenentes, e os capitães. Para a maioria a satisfação vinha da convicção de que iriam estender a sua autoridade sobre o pelotão e a companhia, a todo esse rebanho de civis; mas, em outros muitos, havia sentimento mais puro, desinteresse e sinceridade. Eram os adeptos desse hipócrita positivismo, um pedantismo tirânico, limitado e estreito, que justificava todas as violências, todos os assassinios, todas as ferocidades em nome da manutenção da ordem, condição necessária, lá diz ele, ao advento do regime normal, a religião da humanidade, a adoração do grão-fetichê, com fanhosas músicas de cornetins e versos detestáveis, o paraíso enfim, com inscrições em escritura fonética e eleitos calçados com sapatos de sola de borracha!... (2001, p. 353-354)²¹

Também não se pode esquecer que, sendo escritor e jornalista, Lima Barreto aproveita a ferramenta jornalística que tem nas mãos e vale-se da tendência folhetinesca, lançada na Europa, para formar o leitor comum e a identidade nacional. Em outras palavras, faz do folhetim um recurso de trabalho metalinguístico para formar o leitor comum brasileiro. Igualmente, vale-se da sua percepção-consciência, dos seus conhecimentos diante da realidade brasileira da época, e cria nomes que motivam e conduzem o(a) leitor(a) a uma reflexão crítica sobre a realidade do subúrbio carioca. Assim, entende-se que a publicação, feita primeiramente em folhetins, traz embutido o desejo do autor de contribuir com a constituição do leitor comum e da identidade nacional não travestida por hábitos e valores de culturas estrangeiras, em especial a europeia.

Os nomes motivados, tanto dos personagens quanto dos lugares – Policarpo Quaresma, Ricardo Coração dos Outros, Golias, Praia das Saudades, Sítio do Sossego, Ilha das Enxadas, Ilha das Cobras –, fazem parte da caixa de ferramentas linguísticas que Lima Barreto usa para protagonizar as ações e o pensamento de Policarpo Quaresma, e representam, de um lado, o nacionalismo ingênuo e fanático, e, de outro, o conhecimento, o idealismo, a integridade de caráter e a capacidade crítica, em contraponto à corrupção e à perversão que oprime, enlouquece, decepciona e inviabiliza, de certa forma, a realização dos sonhos. Além disso, a fim de dar à narrativa o “tom” de brasilidade, o escritor lança mão de uma linguagem

²¹ Todos os trechos da obra literária citados neste capítulo foram transcritos da mesma edição.

simples, bem humorada, sem preocupação com a estrutura formal, carregada de certa dose de poesia, porém predominantemente irônica e permeada por um realismo crítico de cunho popular, por meio da qual questiona os hábitos e os costumes da sociedade do subúrbio carioca.

3.3 O narrador e o personagem principal

Numa narrativa tripartida, inovadora, o autor critica o nacionalismo romântico, ufanista, e dedica-se a uma produção literária que represente, com mais perspicácia, a realidade do Brasil. Ele dá, assim, pleno poder ao narrador para acompanhar, por meio da onisciência seletiva, a vida do personagem principal desde os seus dezoito anos. Policarpo Quaresma, solteiro, funcionário público, quarenta e poucos anos de idade, amante incondicional da Pátria, ávido leitor, mora com a irmã, que é mais velha do que ele, e com o preto Anastácio.

O narrador evidencia, no todo da obra, os hábitos, as manias, os sentimentos, os desejos, as ideias, os conhecimentos e as aspirações do protagonista, “[...] mais conhecido por Major Quaresma [...]”, que:

[...]aos 18 anos quis fazer-se militar, mas a junta de saúde julgou-o incapaz [...]. Impossibilitado de evoluir-se sob os dourados do Exército, procurou a administração e dos seus ramos escolheu o militar. Era onde estava bem. No meio de soldados, de canhões, de veteranos, de papelada inçada de quilo de pólvora, de nomes de fuzis e termos técnicos de artilharia, aspirava diariamente aquele hálito de guerra, de bravura, de vitória, de triunfo que é bem o hálito da Pátria. Durante os lazeres burocráticos, estudou, mas estudou a Pátria, nas suas riquezas naturais, na sua geografia, na sua literatura e na sua política. Quaresma sabia as espécies de minerais, vegetais e animais que no Brasil continha; sabia o valor do ouro, dos diamantes exportados por Minas, as guerras holandesas, as batalhas do Paraguai, as nascentes e o curso de todos os rios. [...]

Havia um ano a esta parte que se dedicava ao tupi-guarani. Todas as manhãs, [...] ele se atracava até ao almoço com Montoya, *Arte y Diccionario de la Lengua Guarany ó más bien Tupy*, e estudava o jargão caboclo com afincio e paixão. (p. 264)

Para Policarpo, a razão precisava encontrar uma disposição particular do espírito, no forte sentimento que guiava a sua vida, e foi “aí pelos vinte anos que o amor da Pátria tomou-o todo inteiro”. Conta o narrador:

[...]

Não fora um amor comum, palrador e vazio; fora um sentimento sério e absorvente. Nada de ambições políticas ou administrativas; o que Quaresma pensou, ou melhor, o que o patriotismo o fez pensar, foi um conhecimento inteiro do Brasil, levando-o a meditações sobre os seus recursos, para depois então apontar os remédios, as medidas progressivas, com pleno conhecimento de causa.

Não se sabia bem onde nascera, mas não fora decerto em São Paulo, nem mesmo no Rio Grande do Sul, nem no Pará. Errava quem quisesse encontrar nele qualquer regionalismo; Quaresma era antes de tudo brasileiro. Não tinha predileção por esta ou aquela parte de seu país, tanto assim que aquilo que o fazia vibrar de paixão não eram só os Pampas do Sul com o seu gado, não era o café de São Paulo, não eram o ouro e os diamantes de Minas, não era a altura da Paulo Afonso, não era o estro de Gonçalves Dias ou o ímpeto de Andrade Neves – era tudo isso junto, fundido, reunido, sob a bandeira estrelada do Cruzeiro. [...]. (p. 264)

O narrador ressalta, ainda, que Policarpo, sendo um ávido leitor, busca suporte para suas reflexões e proposições acerca de “suas culturas” nos livros, isto é, nos mais de trinta anos de leitura realizada diariamente, nas mais diversas fontes. Além disso, destaca: “durante os lazes burocráticos, estudou, mas estudou a Pátria, nas suas riquezas naturais, na sua geografia, na sua literatura e na sua política” (p. 264). Chegava agora o tempo da frutificação: “Ele sentia dentro de si impulsos imperiosos de agir, de obrar e de concretizar suas idéias. Eram pequenos melhoramentos, simples toques, porque, em si mesma (era a sua opinião), a grande Pátria do Cruzeiro só precisava de tempo para ser superior à Inglaterra”. (p. 271)

Ao examinar a coleção de livros de Policarpo, comenta o narrador que o leitor “havia de espantar-se ao perceber o espírito que presidia a sua reunião” (p. 263). Em várias partes do livro, a biblioteca do protagonista é descrita, sendo as informações sobre o acervo mais um subsídio que o narrador oferece ao leitor para que este conheça a identidade do personagem permeada pela leitura:

Na ficção, havia unicamente autores nacionais ou tidos como tais: o Bento Teixeira, da Prosopopéia; o Gregório de matos; o Basílio da Gama; o Santa Rita Durão; o José de Alencar (todo); o Macedo; o Gonçalves Dias (todo); além de muitos outros. De História do Brasil, era farta a messe: os cronistas, Gabriel Soares, Gandavo; e Rocha Pita, Frei Vicente Salvador, Armitage, Aires Casal, Pereira da Silva, Handelmann (*Geschichte von Brasilien*), Melo Morais, Capistrano de Abreu, Southey, Varnhagen, além de outros mais raros ou menos famosos. Então no tocante a viagens e explorações, que riqueza! Lá estavam Hans Staden, o Jean de Lèry, o Saint-Hilaire, o Martins, o príncipe de Neuwied, o John Mawe, o von Eschwege, o Agassis, Couto Magalhães, [...] Darwin, Freycinet, Cook, Boungainville, [...] Pigafetta, cronista da viagem de magalhães, é porque todos estes últimos viajantes tocavam no Brasil, resumida ou amplamente. Além destes, havia livros subsidiários: dicionários, manuais, enciclopédias, compêndios, em vários idiomas. [...] o major conhecia bem sofrivelmente francês, inglês e alemão; e se não falava tais idiomas, lia-os e traduzia-os correntemente. (p. 263, grifo do autor)

Nas leituras, “sempre esperava encontrar uma notícia curiosa, a sugestão de uma idéia útil à sua cara Pátria” (p. 270). Num período de férias do trabalho, “na sua meiga e sossegada casa de São Cristóvão, enchia os dias da forma mais útil e agradável às necessidades do seu espírito e do seu temperamento” (p. 270). Dedicou-se, além das leituras e das reflexões, a passeios filosóficos pela chácara, na companhia do preto Anastácio, que lhe servia há trinta anos. Nesse período, organizou “um sistema de cerimônias e festas que se baseasse nos costumes dos nossos silvícolas e abrangesse todas as relações sociais” (p. 271). Incluiu no projeto elementos que expressavam o folclore; destacando a “modinha”, por ser um gênero musical da cultura brasileira, e apresentando o violão e o personagem Ricardo Coração dos Outros, seresteiro do subúrbio carioca, para difundir a música brasileira nas festas. É nesse período que o personagem elabora e envia um requerimento ao Congresso Nacional, questionando a contradição no que se refere ao emprego da língua portuguesa pelos brasileiros. Conta o narrador que Policarpo Quaresma mostra-se “[...] certo de que a língua portuguesa é emprestada ao Brasil [...]”, motivo pelo qual solicita a mudança, por decreto, do idioma oficial para a língua tupi-guarani, uma vez que esta, segundo ele, “é expressão genuína dos brasileiros”. (p. 291)

Em sua busca por fortalecer a cultura genuinamente brasileira, o protagonista propõe uma série de ações, as quais envolvem os aspectos estruturantes e constituintes da identidade nacional, como a língua e a cultura. Tem-se, com essas ações, a primeira tentativa e a primeira decepção de Policarpo, que é considerado um visionário e, por consequência, internado no hospício da Praia das Saudades.

Diante do sofrimento vivido por Policarpo, o narrador estabelece com ele uma relação empática, mergulhando em seu íntimo, de modo a auscultá-lo. Nessa atitude, ao mesmo tempo

em que reconhece os limites e as fragilidades do personagem para enfrentar o mundo real, projeta, ao identificar o seu caráter, mais esperança na raça humana:

Vivendo há quase trinta anos quase só, sem se chocar com o mundo, adquirira uma sensibilidade muito viva e capaz de sofrer profundamente com a menor coisa. Nunca sofrera críticas, nunca se atirou à publicidade, vivia imerso no seu sonho. Incubado e mantido vivo pelo calor dos livros. [...]

Esse encerramento em si mesmo deu-lhe não sei que ar de estranho a tudo, às competições, às ambições, pois nada dessas coisas que fazem os ódios e as lutas tinha entrado no seu temperamento.

Desinteressado de dinheiro, de glória e posição, vivendo numa reserva de sonho, adquirira a candura e a pureza d'alma que vão habitar esses homens de idéia fixa, os grandes estudiosos, os sábios e os inventores, gente que fica mais terna, mais ingênua, mais inocente que as donzelas das poesias de outras épocas.

É raro encontrar homens assim, mas os há e, quando se os encontra, mesmo tocados de um grão de loucura, a gente sente mais simpatia pela nossa espécie, mais orgulho de ser homem e mais esperança na felicidade da raça. (p. 292-293)

Após seis meses de internação, absorvido pela tristeza do manicômio, aceita a ideia da afilhada Olga, que sugere a sua mudança para um lugar mais sossegado, a fim de que possa “[...] fazer as suas culturas, ter o seu pomar, a sua horta [...]” (p. 311). Policarpo muda-se, então, para o Sítio do Sossego, no interior do Rio de Janeiro, juntamente com a irmã Adelaide e o preto Anastácio. Lá, dedica-se a modestas culturas; planta grãos (milho e feijão), legumes, hortaliças; cultiva o pomar com plantas nacionais; cria galinhas, patos, etc. Enfim, investe na agricultura de pequeno porte, por acreditar no retorno da terra para o futuro da nação. As ideias germinam na sua mente, de modo que logo desenvolve um planejamento para o desenvolvimento agrícola do Brasil. Na vida campestre, Policarpo identifica as culturas da roça, delas faz um inventário e vislumbra “[...] reformas capitais nas instituições e costumes: o que era principal para a grandeza da Pátria estremecida era forte base agrícola, um culto pelo solo ubérrimo, para alicerçar fortemente todos os outros destinos que ela tinha de preencher” (p. 76). Ao executar a sua segunda tentativa, “esperava grandes colheitas de frutas, de grãos, de legumes; e que do seu exemplo nasceriam mil outros cultivadores [...]” (p. 312). Porém, vive por conta disso a sua segunda decepção: a produção na terra não germina do modo como imaginara. Logo reconhece que o manuseio da terra é diferente do manuseio dos livros: precisa apreendê-la e, para isso, conta com a experiência e a ajuda de Anastácio, “[...] que o acompanhava, apelava para as suas recordações de antigo escravo de fazenda, e era quem ensinava os nomes dos indivíduos da mata a Quaresma, muito lido e sabido em coisas brasileiras” (p. 77). Por fim, nessa fase, Policarpo depara-se, ainda, com a corrupção, os altos

impostos, as relações por interesse, os jogos de poder, obstáculos que o conduzem à segunda decepção. Diante de tais frustrações, o narrador conta que algo novo acontece na mente do protagonista:

Quaresma veio a recordar-se do seu tupi, do seu *folklore*, das modinhas, das suas tentativas agrícolas – tudo isso pareceu pueril, infantil. Era preciso trabalhos maiores, mais profundos; tornava-se necessário refazer a administração. Imaginava um governo forte, respeitado, inteligente, [...], espalhando sábias leis agrárias, levantando o cultivador... Então sim! O celeiro surgiria e a Pátria seria feliz. (p. 349)

Ele parte, assim, para a sua terceira tentativa, pois acredita que o que falta é um plano administrativo sério para a agricultura e, conseqüentemente, para o Brasil. Policarpo integra-se, então, ao movimento liderado por Floriano Peixoto – Revolta da Armada –, com a intenção de ajudar a consolidar a Pátria. Apresenta, por escrito, e entrega em mãos a Floriano Peixoto, o seu planejamento. Recebe como resposta da sua proposta a acusação de traidor, é preso e “morre” na “Ilha das Cobras”:

Iria morrer, quem sabe se naquela noite mesmo? E que tinha feito da sua vida? Nada. Levava toda ela atrás da miragem de estudar a Pátria, por amá-la e querê-la muito, no intuito de contribuir para a posteridade. Gastara a sua mocidade nisso, a sua virilidade também; e, agora que estava na velhice, como ela o premiava, como ela o condecorava? Matando-o. (p. 404)

Enquanto “espera a morte” na Ilha das Cobras, faz uma retomada da sua vida desde os dezoito anos, período em que o patriotismo tomou a sua existência por inteiro. O narrador relata a reflexão e a avaliação feitas por Policarpo Quaresma:

Desde dezoito anos que o tal patriotismo o absorvia e por ele fizera a tolice de estudar inutilidades. Que lhe importavam os rios? Eram grandes? Pois que fossem... Em que lhe contribuiria para a felicidade saber o nome dos heróis do Brasil? Em nada... O importante é que ele tivesse sido feliz. Foi? Não. Lembrou-se das suas coisas do tupi, do *folklore*, das suas tentativas agrícolas... Restava disso tudo em sua alma uma satisfação? Nenhuma! Nenhuma! (p. 404)

A história de vida, aparentemente repetitiva, do protagonista têm, nas suas três tentativas e nas suas três decepções, os fios que sustentam a trama e dão ao leitor a possibilidade de situar-se nela e também de pensar em si próprio a partir dela. No final da obra, o narrador revisa a história e expõe, novamente, as reflexões e as possíveis causas do “triste fim” de Policarpo Quaresma:

O tupi encontrou a incredulidade geral, o riso, a mofa, o escárnio: e levou-o à loucura. Uma decepção. E a agricultura? Nada. As terras não eram ferazes e ela não era fácil como diziam os livros. Outra decepção. E, quando o seu patriotismo se fizera combatente, o que achara? Decepções. Onde estava a doçura de nossa gente pois ele não a viu combater como feras? Pois não a viu matar prisioneiros, inúmeros? Outra decepção. A sua vida era uma decepção, uma série, melhor, um encadeamento de decepções.

A Pátria que quisera ter era um mito; era um fantasma criado por ele no silêncio do seu gabinete. [...]

Mas, como é que ele, tão sereno, tão lúcido, empregara sua vida, gastara seu tempo, envelhecera atrás de tal quimera? Como é que não viu nitidamente a realidade, não a pressentiu logo e se deixou enganar por um falaz ídolo, absorver-se nele, dar-lhe em holocausto toda a sua existência? Foi o seu isolamento, o seu esquecimento de si mesmo; e assim é que ia para a cova, sem deixar traço seu, sem um filho, sem um amor, sem um beijo mais quente, sem nenhum mesmo, e sem sequer uma asneira!

Nada deixava que afirmasse a sua passagem e a terra não lhe dera nada de saboroso. Contudo, quem sabe se outros que lhe seguissem as pegadas não seriam mais felizes? E logo respondeu a si mesmo; mas como? Se não se fizera comunicar, se nada dissera e não prendera o seu sonho, dando-lhe corpo e substância? [...]

Fora bom, fora generoso, fora honesto, fora virtuoso – ele, que fora tudo isso, ia para a cova sem o acompanhamento de um parente, de um amigo, de um camarada... (p. 404-406)

O narrador tranquiliza o leitor, mostrando que a vida de Policarpo Quaresma não fora de todo em vão, e que ele se enganara em parte. Ricardo Coração dos Outros, ao saber da prisão do amigo, busca caminhos para libertá-lo, mas é com a atitude e o sentimento de Olga que o leitor é acalentado pelo narrador, o qual sugere que este se alie ao tempo para obter os frutos, ou seja, as respostas:

[...]

O mundo lhe parecia vazio de afeto e de amor. Ele que sempre cantara nas suas modinhas a dedicação, o amor, as simpatias, via agora que tais sentimentos não existiam. Tinha marchado atrás de coisas fora da realidade, de quimeras. [...]

Logo, porém, recordou que era preciso salvar o amigo e que era necessário dar mais uns passos. Quem poderia? Consultou sua memória. Viu um, viu outro e por fim lembrou-se da afilhada de Quaresma, e foi procurá-la na Real Grandeza. (408)

Olga acolhe a ideia, dada por Ricardo Coração dos Outros, de ir até a prisão e interceder pela liberdade do padrinho:

[...]

Que hei de fazer, meu Deus? – repetiu ela.

Pela primeira vez, ela sentiu que a vida tinha coisas desesperadoras. Possuía a mais forte disposição de salvar seu padrinho; faria sacrifício de tudo. Mas era impossível, impossível! Não havia meio; não havia um caminho. Ele tinha que ir para o posto do seu suplício; tinha que subir o seu calvário, sem esperança da ressurreição. (p. 409)

Por fim, a afilhada expressa a sua compreensão sobre o sentido da vida de Policarpo:

Com tal gente, era melhor tê-lo deixado morrer só e heroicamente num ilhéu qualquer, mas levado para o túmulo inteiramente intacto o seu orgulho, a sua doçura, a sua personalidade moral, sem a mácula de um empenho, que diminuísse a injustiça de sua morte, que de algum modo fizesse crer aos seus algozes que eles tinham direito de matá-lo. (p. 411)

Morre o corpo; as ideias e os ideais que (im)pulsionaram a vida de Policarpo Quaresma continuam compreendidos pela afilhada Olga, que “segue serenamente ao encontro de Ricardo Coração dos Outros”:

Saiu e andou. Olhou o céu, os ares, as árvores de Santa Teresa, e se lembrou que, por estas terras, já tinham errado tribos selvagens das quais um dos chefes se orgulhava de ter no sangue o sangue de dez mil inimigos. Fora há quatro séculos. [...] Tinha havido grandes modificações nos aspectos, na fisionomia da terra, talvez no clima... Esperemos mais, pensou ela; e seguiu serenamente ao encontro de Ricardo Coração dos Outros. (p. 411)

Assim, o “triste fim” oferece ao leitor a possibilidade de ser substituído por um “esperançoso fim”, quando as ideias e os ideais de Policarpo não se esgotam com a sua morte física, uma vez que ficam marcados nos corações e nas mentes dos outros. Com o desenvolvimento da consciência acontece o mesmo. As percepções de si, do seu mundo e do mundo externo são semeadas por um Outro, já constituído (de preferência), para germinar, dar broto e frutificar como outras consciências. Daí a importância da diversidade de culturas para

formar um povo e uma nação. Nesse sentido, a atitude de Olga, aliando-se ao tempo, sugere que a esperança seja sempre sonhada e cultivada. É o ciclo da vida. É a repetição.

4 TECENDO A (RE)SIGNIFICAÇÃO – O NÚCLEO REPETITIVO E O IDEAL DE EGO COMO PONTOS DE SUSTENTAÇÃO DO TECIDO NARRATIVO

A forma tripartida do romance dá sustentação ao tecido narrativo. As três tentativas e as três decepções do personagem principal evidenciam as preocupações do autor de contribuir para a formação do leitor comum e da identidade nacional, em um contexto social, político e econômico marcado pelo abandono, pelos jogos de interesse, pela corrupção, pelos altos impostos, pela desvalorização da cultura e da cor local. A esse contexto contrapõem-se as ações conduzidas pelo ideal do protagonista Policarpo Quaresma, as quais são investidas por um desejo intenso de desenvolvimento e de pertencimento ao lugar que ama e no qual vive, a sua Pátria.

A história de vida do protagonista é narrada a partir dos seus dezoito anos, idade em que se prepara para o serviço militar. Embora ele cultive o desejo de proteger e defender a Pátria, o exército não o acolhe, pois a Junta de Saúde não o considera apto para o serviço militar. Logo, nas três décadas de vida do protagonista que são narradas no romance percebe-se a sua luta contra as forças repressoras que dificultam o crescimento subjetivo, intelectual e moral necessário para que o sujeito exista, aproprie-se da sua própria história e tenha consciência da sua identidade.

Erik H. Erikson, na obra *Identidade, juventude e crise*, enuncia alguns requisitos mínimos para se compreender a complexidade do processo de constituição da “consciência de identidade”:

[...] em termos psicológicos, a formação da identidade emprega um processo de reflexão e observação simultâneas, um processo que ocorre em todos os níveis do funcionamento mental, pelo qual o indivíduo se julga a si próprio à luz daquilo que percebe ser a maneira como os outros o julgam, em comparação com eles próprios e com uma tipologia que é significativa para eles; enquanto que ele julga a maneira como eles o julgam, à luz do modo como se percebe a si próprio em comparação com os demais e com os tipos que se tornaram importantes para ele. (1987, p. 21)

O mesmo autor ressalta, ainda, que o processo descrito está sempre evoluindo, pois se trata de

um processo de crescente diferenciação e torna-se ainda mais abrangente à medida que o indivíduo vai ganhando cada vez maior consciência de um círculo, em constante ampliação, de outros que são significativos para ele – desde a pessoa materna até a “humanidade”. O processo “inicia-se” algures no primeiro “encontro” verdadeiro da mãe e do bebê como duas pessoas que podem tocar-se e reconhecer-se mutuamente; e só “termina” quando se dissipa o poder de afirmação mútua do homem. (1987, p. 22)

As ações e os pensamentos de Policarpo Quaresma correspondem às idealizações do próprio ego do personagem, instâncias fundantes da identidade. Ele é um homem solitário que projetou na Pátria os sentimentos de pertencimento. Aos quarenta e poucos anos de idade, mora com a irmã Adelaide, que é mais velha do que ele, e com preto Anastácio, que “lhe servia há mais de trinta anos”. Policarpo Quaresma se trata de um personagem de cuja vida anterior aos dezoito anos não se tem informação. Como foi sua infância? Quem são seus pais? Amou? Namorou? Estudou? Ao leitor é dada a informação de que aos dezoito anos viveu sua primeira frustração, ao ser “rejeitado” pelo exército quando pretendia prestar o serviço militar. O fato de não ser aceito pelo exército motiva-o a estudar a Pátria em toda a sua complexidade. Ele busca na leitura o refúgio e a fundamentação para conhecer, entender e “melhorar” a Pátria e a si mesmo, e, quem sabe, para ser olhado por Ela e constituir um sentimento de identidade dentro de si. Tal atitude sugere, pois, uma espécie de retorno ao olhar do amor originário de mãe e de pai que parece não existir na sua história. A narrativa faz pensar em um duplo abandono sofrido pelo protagonista: o primeiro diz respeito aos pais, pois quase nada se sabe sobre eles, apenas que deixaram a casa como patrimônio aos filhos – ressalta-se, aqui, que a irmã Adelaide e o preto Anastácio são os representantes dos laços afetivos originários –; o outro abandono é promovido pelo Estado-nação, que rejeita, desqualifica, rechaça e reprime

suas ideias e seus ideais. Trata-se de um pai e de uma mãe simbólicos que não dão valor aos desejos, aos sonhos e, tampouco, aos conflitos representativos do desenvolvimento pessoal.

Conforme Laplanche e Pontalis, o “ideal do ego” ou “ideal do eu” representa “[...] uma instância da personalidade resultante da convergência do narcisismo (idealização do ego) e das identificações com os pais, com os seus substitutos e com os ideais coletivos. Enquanto instância diferenciada, o ideal do ego constitui um modelo a que o sujeito procura conformar-se” (1991, p. 222). Com os estudos de Erik H. Erickson acrescenta-se que: “É na adolescência [...] que a estrutura ideológica do meio torna-se essencial para o ego, visto que, sem uma simplificação ideológica do universo, o ego adolescente não pode organizar a experiência de acordo com as suas capacidades específicas em expansão” (1987, p. 25). Policarpo possui desejos e sonhos, mas não os reconhece como seus. O narrador assinala que: “Vivendo há quase trinta anos quase só, sem se chocar com o mundo, adquirira uma sensibilidade muito viva e capaz de sofrer profundamente com a menor coisa. [...] vivia imerso no seu sonho. Incubado e mantido vivo pelo calor dos livros. [...]” (p. 53). A observação feita pelo narrador reitera a percepção de que a falta e/ou a omissão afetiva das figuras de autoridades reais deixa(m) uma lacuna que precisa ser preenchida. Policarpo a preenche com a leitura, mantendo o sonho vivo pelo “calor dos livros”. Ele, porém, fica incubado.

Silviano Santiago (1989, p. 173) ressalta que aquele que leu com cuidado o nome do personagem que aparece ainda no título do romance poderá, desde então, ligá-lo aos seus ideais expressos na narrativa. Entre os diversos jogos semânticos que se podem depreender do título, o crítico reflete acerca de dois deles, os quais são reiterados, em parte, neste estudo:

“Policarpo”, informa-nos o *Dicionário Moraes*, significa “que tem ou produz muitos frutos”. Ora, o nosso Policarpo nada deixa de si, daí a ironia maior do seu nome. Ironia que está na redundância de “triste fim” que se encontra na raiz *carpo* de Policarpo: carpir, lamentar, chorar, cantar tristemente. Ironia que está ainda em *carpo*, pulso, “lugar onde o antebraço se junta à mão”. O Policarpo de Lima Barreto é de triste fim porque é de nenhum fruto e é também de pulso fraco. Não se esquecendo ainda que o verbo *carpir* nos remeteria a outro campo semântico: “limpar o mato (uma roça)” – e o citado dicionário nos dá como exemplo: “carpir a erva ruim que prejudica o trigo”. Retomemos: o Policarpo é de triste fim porque é de nenhum fruto e é também de pulso fraco, e é ainda um idealista que não consegue limpar a erva ruim da sua plantação. O nosso personagem já trazia no estranho nome toda a carga irônica que se patenteia no resumo das suas aventuras que se encontra no final do romance.

E este final melancólico de uma triste vida besta se encontra expresso na polissemia da outra parte do seu nome, *Quaresma*. É tanto o período de quarenta dias de jejum que se segue [antecede, correção minha] ao sacrifício de Cristo, como ainda uma espécie de coqueiro do Brasil. É tanto o sinal que indica o caminho em vão do bode expiatório, como ainda o símbolo romântico por excelência da brasilidade ufanista que é o coqueiro. Policarpo é Quaresma. Acabaria a vida besta de Policarpo por significar que ele é um parasita da civilização? Alguém que passou e não viveu? Ser a-histórico, passa e desaparece sem deixar fruto, carne da sua carne, “sem deixar mesmo”? É o que parece indicar o terceiro significado para *quaresma*: “inseto que ataca as roseiras e é parasita das árvores frutíferas”. (1989, p. 173-174)

Lima Barreto corrobora essa ideia, promovendo uma reflexão quanto à função do intelectual na sociedade brasileira. O escritor apresenta Policarpo Quaresma como um personagem que age obsessivamente e pelo crescimento e amadurecimento da sua “Pátria”, à qual dedicou a sua vida, mas que não lhe deu frutos concretos. O amor investido na Pátria, aparentemente, germinou apenas na sua mente. Percebe-se que a metáfora empregada pelo autor, desde o nome do personagem às ações, conota o fenômeno repetitivo enquanto expressão de um sintoma que busca representação. Pode-se verificar, também, a presença da valorização exagerada de tudo o que é nacional na rotina diária do protagonista, nos seus horários, nos produtos que consome, nas plantas que cultiva, nas músicas que ouve e nas roupas que veste.

No *Vocabulário de Psicanálise*, Laplanche e Pontalis abordam a questão da repetição, focalizando-a como sintoma. Por esse motivo, tal fenômeno manifesta-se repetitivamente, e “é precisamente o fato de reproduzir, de maneira mais ou menos disfarçada, certos elementos de um conflito passado” que faz com que estes encontrem vias de expressão e de atualização. Afirmam os autores: “De modo geral, o recaiado procura ‘retornar’ ao presente, sob a forma de sonhos, de sintomas, de atuação: [...] o que permaneceu incompreendido retorna; como uma alma penada, não tem repouso até que seja encontrada solução e alívio” (1991, p. 83-84). O desejo de reconhecimento dos vínculos originários de Policarpo retorna constantemente ao presente, isto é, de forma sintomática, uma vez que, para o seu processo de desenvolvimento, o personagem não encontra compreensão do seu desejo nas figuras de autoridade que tem como referência e com as quais convive.

Um projeto de desenvolvimento de potencialidade intelectual e de constituição da identidade nacional requer um investimento afetivo real, de forma que a solução e a superação dos problemas somente receberão suporte se estiverem aliadas essas dimensões da representação. Nesse sentido, Silviano Santiago ressalta que a maior modernidade no projeto de Lima Barreto consiste na contribuição da escrita ficcional, em detrimento de outros textos,

para a formação intelectual e subjetiva da população, a fim de constituir um cidadão consciente dos verdadeiros problemas nacionais. O crítico argumenta que:

A escrita ficcional ao mesmo tempo compartilha dos valores sócio-políticos e econômicos que vinham sendo veiculados por aquele discurso, e marca necessidade de uma reviravolta – a [sic] nível de discurso – para que se coloquem e se estudem os verdadeiros problemas nacionais. (1989, p. 175)

A representação do pensamento e da intenção do autor, que desde o nome do personagem principal e do título do romance está presente, tanto expressa as potencialidades e as limitações do protagonista de gerar frutos quanto o sofrimento diante da impotência de um potencial desperdiçado. Resta, como sugere Silviano Santiago, “carpir” muito, chorar e lamentar-se, ou, ainda, virar e revirar a terra, aliar-se ao tempo, à espera de que algo possa “ressurgir”.

A “ressurreição” é repetição e está presente na história da humanidade. Ela marca o processo cíclico da vida, o qual se dá com o nascimento e encerra-se com a morte, mas mantém-se “vivo” pelo cultivo das diversas formas de representação do homem, pela preservação e interação das culturas dos povos e das nações. Da cultura germina a agricultura; brotam, crescem, florescem e frutificam o campo e a cidade, lugares nos quais as vidas dos povos, das nações são representadas. Nesses lugares, a repetição dos hábitos, dos costumes, das ideias e dos ideais tanto conduz à possibilidade de reflexão, de compreensão da história, quanto leva à acomodação, à dependência e à reprodução massificada da sociedade. Disso tudo, o importante é que a cultura renasça.

Gilberto Mendonça Teles, na obra *Drummond – A estilística da repetição*, refere-se à contribuição dos estudos de Lèvi-Strauss, ao tratar da “Estrutura do mito”, quando esse antropólogo ensina que:

[...]

A repetição tem uma função própria, que é a de tornar manifesta a estrutura do mito, e que todo mito “possui uma estrutura folheada que transparece na superfície, se é lícito dizer, no e pelo processo de repetição”. E quando registra que “as camadas não são jamais rigorosamente idênticas”, que “um número teoricamente infinito de camadas será criado, cada qual ligeiramente diferente da que a precede” e que “o crescimento do mito é, pois, contínuo em oposição à sua escritura, que permanece descontínua”. [...]. (LÈVI-STRAUSS apud TELES, 1997, p. 7)

Teles retoma os estudos de Gilles Deleuze e de Jacques Derrida sobre a repetição. Segundo ele, o primeiro “[...] trata da repetição como ‘um primeiro gesto do movimento desconstrutor da origem (enquanto centro)’. Mas, para Derrida, não existe ordem fixa, o que existe é apenas ‘o traço, que é origem da origem e que, se é traço, é sempre já repetição’”. (1997, p. 10)

Ao estudar o pensamento de Jacques Derrida, o crítico traz uma importante contribuição para se considerar a repetição como parte integrante da constituição da identidade/ subjetividade e da identidade nacional:

O pensamento de Derrida tem de ser compreendido através de um jogo entre *différance e différence*, entre o “desaparecimento da presença originária” e o “diferente”, pois é aí, nesse jogo, que se percebe a *repetição* como uma força capaz de reconstruir o presente [...]. Ou, noutros termos: “É preciso pensar a vida como um traço antes de determinar o ser ou a presença. É a única condição para poder dizer que a vida *é* a morte, que a repetição e o para além do princípio do prazer são originários e congênitos àquilo mesmo que transgridem”. (TELES, 1997, p. 10)

Na primeira parte da obra, a forma divertida e esperançosa que caracteriza o protagonista pelo relacionamento com os livros, a música, o folclore e a língua tupi pode ser comparada aos sentimentos e pensamentos idealizados na infância. Nas demais partes do livro, tais sentimentos e pensamentos transformam-se em sofrimentos. Todos esses elementos auxiliam o leitor a reconhecer a realidade, internalizar o crescimento pessoal e a “grandeza moral”, representados pelas ações do personagem principal, no todo da obra.

O “triste fim” de Policarpo Quaresma é prenunciado no título, porém, na epígrafe, o autor prepara e convida o leitor para refletir sobre as possibilidades e os destinos escolhidos por cada um: indica a possibilidade de entender o “triste fim” como um “esperançoso fim” do protagonista. Para isso, vale-se de um trecho de *Marco Aurélio*, livro do filólogo francês Ernest Renan (1823 – 1892), que diz:

O grande inconveniente da vida real e o que a torna insuportável ao homem superior é que, se transportarmos para ela os princípios do ideal, as qualidades passam a ser defeitos, de tal modo que, na maioria das vezes, o homem íntegro não consegue se sair tão bem quanto aquele que tem por estímulo o egoísmo ou a rotina vulgar. (apud TUFFANO, 1993, p. 17)

As vias para a transformação e a transcendência da cultura brasileira estão representadas na evolução da percepção-consciência do protagonista, e são mostradas pelo narrador em dois momentos significativos da vida do personagem. O primeiro momento reflexivo acontece quando Policarpo Quaresma sai do hospital psiquiátrico – após seis meses de internação no Praia das Saudades – e muda-se para o Sítio do Sossego, com o propósito de desenvolver a terra por meio das pequenas culturas agrícolas. Conta o narrador: “[...] Quaresma veio a recordar-se do seu tupi, do seu *folklore*, das modinhas, das suas tentativas agrícolas – tudo isso pareceu pueril, infantil. [...]”. (p. 349)

Assim, quando o protagonista recorda suas ações anteriores, quando emite um certo juízo de valor em relação a suas próprias ações e aos caminhos que escolheu para desenvolvê-las, é evidenciado o crescimento perceptivo do personagem, bem como a expressão da constituição da sua alteridade. Ele segue o seu desejo e chega à outra posição de percepção-consciência. Segundo o narrador, ele constata que: “[...] Era preciso trabalhos maiores, mais profundos; tornava-se necessário refazer a administração. Imaginava um governo forte, respeitado, inteligente, [...], espalhando sábias leis agrárias, levantando o cultivador... Então, sim! O celeiro surgiria e a Pátria seria feliz. [...]” (p. 349). Quando se trata de evolução de consciência perceptiva, a constatação do personagem é, de certa forma, uma resposta do desenvolvimento evolutivo da sua pessoa. Ele percebe que o destino que escolhera para a realização dos próprios sonhos e desejos não sintonizava com o seu.

Na última parte da obra, outra reflexão é apresentada pelo narrador, e, nela, a alteridade do personagem principal fica novamente expressa: “O tupi encontrou a incredulidade geral, o riso, a mofa, o escárnio: e levou-o à loucura. Uma decepção. E a agricultura? Nada. As terras não eram ferazes e ela não era fácil como diziam os livros. Outra decepção. E, quando o seu patriotismo se fizera combatente, o que achara? Decepções” (p. 404). Valendo-se das suas lembranças, o personagem principal avalia, na prisão, os investimentos de vida que projetou na “Pátria”: “A Pátria que quisera ter era um mito; era um fantasma criado por ele no silêncio do seu gabinete” (p. 404). Então, refaz o caminho percorrido, usando as vias mnésicas, e reconhece as suas sucessivas decepções. Ele é tomado por forte sentimento de fracasso e de frustração pelo fato de não concretizar seu ideal. É deste modo que reconhece e recebe a morte do corpo: “Nada deixava que afirmasse a sua passagem e a terra não lhe dera nada de saboroso. Contudo, quem sabe se outros que lhe seguissem as pegadas não seriam mais felizes?” (p. 405). No entanto, o que ele não sabe é que deixou sementes na percepção-consciência da afilhada Olga e do amigo Ricardo Coração dos Outros,

sementes que serão fundamentais para a continuidade do seu projeto de desenvolvimento cultural.

Nessa transição, ganham destaque as ações da afilhada Olga, que, mesmo sendo filha da cultura europeia, volta seu olhar para a realidade brasileira e compreende, ainda mais, a necessidade de “obrar” com os brasileiros o ideal que (im)pulsionou a vida do padrinho e cuja frutificação demanda um tempo que precisa ser respeitado. Percebe-se, então, que Lima Barreto registra, na expressão do narrador e dos personagens, o idealismo de um escritor que deseja uma alma nacional mais madura, autêntica e não travestida por modelos europeus.

Antes de encerrar esta reflexão, é importante chamar a atenção do leitor para o fato de que, do primeiro ao último capítulo da obra, o personagem Ricardo Coração dos Outros está presente com a música brasileira. A música remete ao recurso que liga uma “ideia” a outra, ou um “coração” a outro, constituindo, assim, o “coração” do próprio leitor. Dessa forma, as ideias e os ideais semeados pela palavra de Lima Barreto crescem, amadurecem e frutificam no leitor – representado pela personagem Olga – a percepção-consciência da identidade nacional como um somatório de identidades, as quais se fundem e constituem um corpo com “forma e conteúdo” representativos da realidade brasileira.

TECENDO A (RE)SIGNIFICAÇÃO – COMO FICOU O TECIDO (CONSIDERAÇÕES FINAIS)

Escrever sobre a identidade nacional é, antes de tudo, um desafio, principalmente porque a complexidade do conceito envolve muitos aspectos e não se esgota aqui. O desafio relaciona-se ao fato de que uma sociedade como a brasileira – a qual traz, desde a fundação, várias matrizes culturais (indígena, negra, portuguesa, inglesa, francesa, italiana, espanhola, entre outras) – constituiu, ao longo do tempo, muitos matizes. Porém, na trajetória da história brasileira, algumas matrizes foram supervalorizadas, enquanto outras foram, e ainda são, negadas ou discriminadas, como é o caso da indígena e da negra.

Na dissertação “Tecendo a (re)significação – Identidade nacional em *Triste fim de Policarpo Quaresma*”, o foco para o desenvolvimento do tema esteve centrado na fundação dos conceitos de identidade e de identidade nacional e nas vias de representação da subjetividade permeadas pela literatura e pela psicanálise. O estudo teve como base a interpretação do olhar de Afonso Henriques de Lima Barreto (1881 – 1922), ao criar a narrativa e o personagem – suas ações e seu pensamento – do romance *Triste fim de Policarpo Quaresma (1911)*, a fim de examinar a articulação entre a identidade nacional e a constituição da subjetividade.

As associações livres que as histórias de vida do criador e da criatura desencadeiam não podem ser negadas. Alguns aspectos da vida de Lima Barreto e da composição da obra – por exemplo, o fato de o narrador contar a história valendo-se da onisciência seletiva e de elementos repetitivos, caracterizados pelas sucessivas decepções e repressões vividas por Policarpo Quaresma – remetem à visão de elementos externos dentro da narrativa ficcional. Comparando-se a biografia do autor com alguns elementos ficcionais, as ações e o pensamento do protagonista sugerem uma catarse do próprio Lima Barreto, ou uma forma de aliviar as angústias e, ao mesmo tempo, de denunciar o desperdício de muitas vidas que

nascem, crescem e morrem sem saber qual é a sua identidade, sem tomar posse do que é seu, e, sobretudo, sem frutificar.

Tanto o criador quanto a criatura conduzem suas vidas orientados pelos seus ideais, dão sentido a elas pelos valores, antes de tudo, culturais, que “extraem” das inúmeras leituras que realizam. Ambos são funcionários públicos e leitores, e a leitura e a escrita, para a vida do autor e do personagem, confirmam a sua importância ao interagir com a cultura, com os esquemas e com os meios dominantes de cada época. São elas que outorgam ao autor e ao personagem um grau de pertencimento cultural. Ambos são rotulados de “loucos” e internados em hospitais psiquiátricos; ambos morrem aos quarenta e poucos anos, no período de vida chamado de “maturidade”, solteiros, e sem a possibilidade da colheita dos seus frutos em vida. Até porque suas vidas são “ceifadas” em plena fase reprodutiva, física, intelectual, cultural e politicamente.

Lima Barreto, desde criança, sentiu e soube o custo que implica nascer e crescer em uma sociedade desigual e injusta, em que o potencial da pessoa é sufocado pelas necessidades diárias da sobrevivência e pelo jogo de interesse de minorias. Por isso, ao que parece, uma trajetória marcada por faltas e/ ou ausências precoces – de pai e de mãe – nos períodos de plena constituição, como é o da infância, fez com que ele buscasse certa (re)significação da sua história de vida na história de vida do personagem que criou, projetando o desejo de ser cuidado e respeitado pela sociedade e pela Pátria, como substituição do olhar e do amor original que outrora lhe faltaram.

Na esteira repetitiva da narrativa, o ideal de Policarpo Quaresma pode ser identificado como ferramenta para o enfrentamento diante das forças repressoras, as quais são representadas pelo positivismo exercido na Primeira República (1891 – 1894), no governo de Floriano Peixoto. O enfrentamento dá a tônica para a persistência do personagem principal rumo ao seu ideal. O importante é que a repetição tanto pode ser uma ferramenta para o desenvolvimento de uma identidade com um caráter saudável, quanto para o desenvolvimento patológico da mesma. Quando a repetição promove a reflexão em que o “novo” e o “velho”, o presente e o passado se misturam, a alteração da percepção-consciência é uma consequência saudável, assim como o sentimento de identidade e de alteridade que o personagem Policarpo Quaresma vai adquirindo ao longo da vida e da narrativa. Por sua vez, a repetição marcada pelo comportamento xenofóbico do personagem principal o qual é composto pela exagerada valorização dos produtos, dos hábitos e dos costumes nacionais, contrapondo-se à aversão aos produtos, aos hábitos e aos costumes estrangeiros é uma síntese dos sintomas patológicos do protagonista, os quais caracterizam a outra dimensão da constituição da identidade.

Os nomes motivados presentes na obra, tanto de personagens – como Policarpo Quaresma, Ricardo Coração dos Outros –, quanto de lugares – Praia das Saudades, Sítio do Sossego –, favoreceram a articulação entre a identidade nacional e a constituição da subjetividade da pessoa, uma vez que são impregnados de simbolismos capazes de levar à interpretação de que, para existir, uma identidade requerer atenção e cuidado.

Assim, justifica-se a importância da quebra do aparente “silêncio” em relação à obra limana *Triste fim de Policarpo Quaresma*, uma vez que a interpretação do olhar do autor ao criar a narrativa embasa esta dissertação, a qual examinou – e refletiu sobre – a articulação entre a identidade nacional e a constituição da subjetividade da pessoa. O desejo de ampliação da fortuna crítica de Lima Barreto – investindo no olhar de Policarpo Quaresma para as ações conduzidas por um ideal e sua postura diante das forças dominantes e repressoras no contexto sociopolítico e econômico brasileiro na Primeira República – remete, também, ao desejo de que este estudo contribua para que o leitor (re)signifique a sua fortuna pessoal e cultural. Uma fortuna constituída por um multiculturalismo que dá “forma e conteúdo” para sermos o que somos e valorizarmos o que temos. Para isso faz-se necessário que invistamos o nosso olhar sobre as forças internas e externas que nos oprimem, dominam, aprisionam e inviabilizam a realização dos sonhos e a apropriação da nossa história, da nossa identidade/ subjetividade e da identidade nacional.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, José de. *Iracema*. Porto Alegre: L & PM, 1998.
- BARTHES, Roland. *Introdução à análise estrutural da narrativa*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- BOSI, Alfredo. *A literatura brasileira. O pré-modernismo*. São Paulo: Cultrix, 1992.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira – Momentos decisivos (1750-1880)*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.
- _____. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e o Rio de Janeiro que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- CASTELLO, José Aderaldo. *Iracema e o Indianismo de Alencar*. In: PROENÇA, M. Cavalcanti (Org.). *José de Alencar/ Iracema*. São Paulo: EDUSP, 1979.
- CHAUÍ, Marilena. *A nação: uma invenção recente*. In: *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- _____. *Brasil – Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- _____. *Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- EAGLETON, Terry. *A psicanálise*. In: *Teoria da literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- ERIKSON, Erik H. *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- FONSECA, André Azevedo da. *A literatura nos faz múltiplos [entrevista]*. Disponível em: <<http://www.revelacaoonline.unibe.br/portofolio/alcionel.html>>. Acesso em: 25 set. 2005.

FREUD, Sigmund. Além do princípio do prazer (1920). In: _____ *Obras psicológicas completas*. v. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1976..

_____. O ego e o id (1923). In: _____ *Obras psicológicas completas*. v. XIX Rio de Janeiro: Imago, 1976.

_____. O inconsciente (1915). In: _____ *Obras psicológicas completas*. v. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. Minimizar identidades. In: JOBIM, José Luís (Org.). *Literatura e identidades*. Rio de Janeiro: URJ, 1999.

LAPLANCHE E PONTALIS. *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

LYRA, Carlos. *Policarpo Quaresma*. [letras de Carlos Lyra]. Disponível em: <<http://letras.terra.com.br/carlos-lyra/709858/>>. Acesso em: 05 nov. 2007.

MENESES, Ulpiano Bezerra. Identidade cultural e arqueologia. In: BOSI, Alfredo (Org.). *Cultura brasileira – Temas e situações*. São Paulo: Ática, 1992.

MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

NASCIMENTO, Evando. *Derrida e a literatura: “notas” de literatura e filosofia nos textos da desconstrução*. Niterói: EdUFF, 2001.

SANTIAGO, Silviano. Uma ferroada no peito do pé. In: _____. *Vale quanto pesa* (Ensaio sobre questões político-culturais). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TELES, Gilberto Mendonça. *Drummond – A estilística da repetição*. São Paulo: Experimento, 1997.

TUFFANO, Douglas. *Clássicos da literatura brasileira – orientação pedagógica*. São Paulo: Moderna, 1993.

VASCONCELLOS, Eliana (Org.). *Lima Barreto: prosa seleta*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2001.

ZILBERMAN, Regina. História da literatura e identidade nacional. In: JOBIM, José Luís (Org.). *Literatura e identidades*. Rio de Janeiro: URJ, 1999.